



PROPOSTA
PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(EaD/UAB)

Proposta de Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional (EaD/UAB), a ser submetido para a avaliação institucional e demais encaminhamentos.

Campus Prof. José Rodrigues Seabra.
Itajubá – MG

ITAJUBÁ – MG | 2025



Instituto de Engenharia de Produção e Gestão - IEPG
Universidade Federal de Itajubá
Av. B P S, 1303 - Pinheirinho, Itajubá - MG, 37500-903

Ficha Técnica

Sede da Proposta

Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG)

Pró-reitoria de Graduação (PRG)

Centro de Educação (CEDUC)

Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Elaboração e Organização do Texto

Adilson da Silva Mello

Carlos Alberto Máximo Pimenta

Luiz Eugênio VenezianiPasin

Capa

Manual de identidade visual UNIFEI

Relatório Técnico:

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional (Ead/UAB). IEPG / Universidade Federal de Itajubá, 2025.

1. Gestão; 2. Desenvolvimento Regional; 3. Regionalidades; 4. Políticas de Desenvolvimento; 5. Sustentabilidade; 6. Inovações Aplicadas à Sociedade; 7. Empreendedorismo; 8. Desenvolvimento Local/Regional.

Sumário

RESUMO DA PROPOSTA	8
1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	9
2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO	10
3. CONTEXTO HISTÓRICO.....	13
3.1. Aspectos Introdutórios	14
3.2. Inserção Institucional, Política, Geográfica e Social da UNIFEI	16
3.3. Um Breve Histórico do Curso:	20
3.4. O Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI.....	21
3.5. Justificativas do Curso	25
4. PERFIL DO CURSO	27
4.1. Objetivos.....	27
➤ 4.1.1. Objetivo Geral.....	27
➤ 4.1.2. Objetivos Específicos	27
4.2. Missão, Visão e Valores.....	28
➤ 4.2.1. Missão.....	28
➤ 4.2.2. Visão	28
➤ 4.2.3. Valores.....	29

4.3. Legislação Aplicável	29
4.4. Perfil do Egresso – Competências	30
5. FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS E POLÍTICO-METODOLÓGICOS	32
5.1. Ensino	32
➤ 5.1.1. Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade	33
➤ 5.1.2. Metodologias Inovadoras	34
5.2. Fomento à Pesquisa	35
5.3. Fomento à Extensão	37
5.4. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão – Teoria e Prática	40
5.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	41
5.6. Estágio Curricular Supervisionado	42
5.7. Atividades Complementares	42
5.8. Aproximação e Integração entre Graduação e Pós-graduação	44
5.9. O curso aplicado em Educação à Distância	50
6. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	55
6.1. Análise de Ambiente (Oportunidades)	55
6.2. Análise de Ambiente (Ameaças)	56
6.3. Avaliação do Curso (Interna e Externa)	57
6.4. Política de Autoavaliação	57
6.5. Avaliação Discente	59
6.6. Avaliação Funcional	60

7. COLEGIADO E COMISSÕES.....	63
7.1. Colegiado do Curso	63
7.2. Coordenação do Curso.....	64
7.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	65
8. INFRAESTRUTURA	67
8.1. Salas de Aula.....	67
8.2. Gabinetes de Trabalho Docente	69
8.3. Espaço de Trabalho Acadêmico.....	70
8.4. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	71
8.5. Laboratórios Didáticos especializados	72
8.6. Bases Bibliográficas	73
➤ 8.6.1. Livros da Bibliografia Básica e Complementar	74
➤ 8.6.2. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes	74
9. APOIO AO DISCENTE	76
9.1. Apoio Institucional	76
9.2. Apoio do Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.....	77
10. ESTRUTURA CURRICULAR (Ementas).....	80
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	110
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS – ESTRUTURA DAS DISCIPLINAS	112

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Salas de aula do IEPG	68
Quadro 2 - Espaço de trabalho acadêmico e atividades administrativas	70
Quadro 3 - Salas de reuniões do IPEG.....	71
Quadro 4 - Laboratórios de uso regular do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional	72
Quadro 5 - Outros Laboratórios disponíveis no IEPG	73
Quadro 6 - Dados sobre acervo da Biblioteca Mauá (até dezembro de 2018)	73
Quadro 7 - Pontuação Atividade Complementares	111
Quadro 8 - Carga Horária Total do Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional	113



RESUMO DA PROPOSTA

Trata-se de projeto/proposta para criação e constituição do Curso de Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, a ser submetido para a avaliação institucional e, posteriormente, cadastro e chancela do MEC, nos termos e condições dos cursos de educação a distância ministrados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio do Centro de Educação (CEDUC), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). A proposição se justifica pelo fato de existir espaço de formação importante e oportuno na UNIFEI que congrega engenharias, ciências sociais, ciências sociais aplicadas, gestão e desenvolvimento regional. Desse lugar, vê-se o fortalecimento da expertise da UNIFEI, em que o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional deverá formar quadros que possam propor reflexões e soluções às questões sociais, econômicas e ambientes de pertinência às demandas contemporâneas da sociedade visando promover o desenvolvimento local e regional de maneira equilibrada e sustentável. O curso de graduação Gestão e Desenvolvimento Regional se apresenta no campo de formação profissional dentro do eixo de conhecimento integrador que contempla teorias da gestão, políticas de desenvolvimento, regionalidades, empreendedorismo, inovação, tecnologias, sustentabilidade e organização social. Propõe-se em formar profissionais para promover soluções diante de problemas na relação e interação entre gestão, pública e privada, com as exigências do desenvolvimento, mas conectadas com as dinâmicas do local e do regional, para pensar, cidades, inteligências criativas, urbanizações, ruralidades, economias, nas mais diferentes formas de geração de renda, novas frentes de trabalho, sistema de comunicação, estudos e metodologias que possam fomentar transformações sociais estruturantes e inovadoras.

Palavras-Chave: Gestão; Desenvolvimento Regional; Regionalidades; Políticas de Desenvolvimento; Sustentabilidade; Inovações Aplicadas à Sociedade; Empreendedorismo; Inovação; Desenvolvimento Local/Regional.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Instituição: Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

CNPJ/MF: 21.040.001/0001.30

Endereço: Av. BPS, 1303, Bairro Pinheirinho, CEP: 37.500-903, Itajubá - MG

Telefone: Telefone: (35) 3629 – 1101 Fax: (35) 3622 – 3596

9

Instituto Proponente: Instituto de Engenharia de Gestão e Produção (IEPG) /
Centro de Educação (CEDUC)

Reitor: Prof. Dr. Marcel Fernando da Costa Parentoni

Vice-Reitora: Profa. Dra. Janaína Roberta dos Santos

Pró-Reitor de Administração: Me. Hebert Wesley Pereira Zaroni

Pró-Reitor de Extensão: Prof. Dr. Thiago Clé de Oliveira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Dra. Vanessa Silveira
Barreto Carvalho

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Rodrigo Silva Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Prof. Dr. Davidson Passo Mendes

Diretor do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão: Prof. Dr. Renato
da Silva Lima

Vice-Diretor do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão: Prof. Dr.
Rafael de Carvalho Miranda

Organizadores da Proposta: Adilson da Silva Mello, Carlos Alberto Máximo
Pimenta e Luiz Eugênio Veneziani Pasin.

2. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O CURSO

O Curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Itajubá (Ead/UAB) tem a pretensão de potencializar a expertise da Instituição no campo das engenharias, gestão e das tecnologias a partir de diálogos com as ciências sociais e humanidades, com finalidade para formação de profissionais competentes e habilitados ao desenvolvimento de transformações sociais, fortalecendo a preservação da memória, da cultura e a promoção de um campo de conhecimento e práticas que envolvam a Gestão e Desenvolvimento Regional, de forma equilibrada e interdisciplinar, com a gestão, o planejamento e as dinâmicas socioeconômicas e ambientais das regiões e localidades em processo de desenvolvimento.

Na questão do fortalecimento da nossa expertise, o Curso visa preparar o egresso para buscar soluções para as demandas e temas da sociedade contemporânea, no que tange às novas exigências da Gestão e do Desenvolvimento com as dimensões do humano, da cultura, da sustentabilidade, dos projetos, por meio de dinâmicas inovadoras, metodologias, métodos, informações e matérias para cidades inteligentes e transformações sociais, centradas na dignidade das pessoas, no alcance econômico e no equilíbrio ambiental.

Portanto, o Curso proporcionar ao egresso condições para que seja capaz de atuar profissionalmente nas atividades presentes no mercado como:

- Realizar serviços de assessoria e consultoria aos órgãos e empresas públicas e privadas no que diz respeito a elaboração de documentos e relatórios técnicos/científicos multidisciplinares;
- Elaborar projetos técnicos/científicos visando a captação de recursos públicos e privados junto aos órgãos de fomento;
- Gerenciar fundos e recursos públicos e privados relacionados ao Desenvolvimento Regional;
- Atuar na identificação, análise e solução de problemas que envolvem o processo de gestão das organizações que atuam em atividades relacionadas ao desenvolvimento regional como Organizações Não Governamentais-ONGs, Cooperativas, Associações sindicais e etc.

- Realizar diagnóstico multidisciplinares e planejamento estratégico que envolve a temática do Desenvolvimento Regional;
- Elaborar e gerenciar projetos técnicos de desenvolvimento no setor público e privado com impacto local e regional;
- Coordenar equipes e grupos multidisciplinares que envolve a temática do Desenvolvimento Regional;
- Elaborar e executar programas e projetos de apoio ao desenvolvimento de políticas públicas e ordenamento do território.

Assim sendo, seguem as informações gerais sobre o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional (EaD/UAB) da UNIFEI:

Conselho Federal da Administração –CFA

Exame Nacional de desempenho dos Estudantes (Enade): Gestão Pública

Área Geral: 04 – Negócios, Administração e Direito

Área Específica: 041 - Negócios e Administração

Área Detalhada: 0413 - Gestão e Administração

Rótulo Cine Brasil - 0413G12 - Gestão Pública

Vocação: formação de quadros profissionais competentes e habilitados para solução de problemas no campo da Gestão e Desenvolvimento Regional e suas correlações com a sociedade.

Conselho de classe:

Início do Curso: Assim que autorizado.

Formato: Educação à Distância (EaD)

Turno de Funcionamento: síncrono, assíncrono e presencial

Regime Letivo: Semestral

Número Total de Vagas Anuais: 150 vagas

Local da Oferta: Universidade Federal de Itajubá - Campus Professor José Rodrigues Seabra - Av. BPS, nº 1303 - Bairro Pinheirinho, CEP: 37500-903, Itajubá/MG.

Site www.unifei.edu.br

Ofertas em Polos: Em conformidade com as regras da UAB/CAPES.

Tempo de Integralização:

- **Mínimo:** 4 anos (8 semestres)
- **Recomendado:** 4 anos (8 semestres)
- **Máximo:** 5 anos (10 semestres), excluído o período de trancamento.

Será permitido trancamento de no máximo 2 anos, em semestres consecutivos ou não.

Carga Horária Total: 3.290 h/a (1h/a = 60 minutos)

Número de Turma por Ano de Ingresso: Em conformidade com os Editais e regras da UAB/CAPES.

Grau Conferido: Bacharel em Gestão e Desenvolvimento Regional

Forma de Ingresso para as Vagas Iniciais: Segue-se as normas e regras estabelecidas pela UNIFEI, voltadas para a seleção de candidatos ao curso.

Observação Importante: Os professores, mediadores pedagógicos e tutores contratados para a execução do curso serão de responsabilidade da UAB/CAPES/MEC, mediante a concessão de bolsa de pesquisa. Portanto, não haverá nova contratação de professores e funcionários por parte da UNIFEI.

3. CONTEXTO HISTÓRICO

A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), foi fundada em 1913 com o nome de Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), para a formação de engenheiros mecânicos e eletricitistas. A proposição era a de que o ensino fosse voltado para a realidade prática e que o ambiente de trabalho estivesse o mais próximo possível da vida real.

Essa pretensão era direcionada para se evitar o choque experimentado pelo estudante quando deixava os bancos escolares para ingressar na vida profissional. Em linhas gerais, o fundador almejava, sobretudo, homens práticos, capacitados para serem úteis à indústria nacional, à sociedade e à grandeza do país.

A primeira turma de 16 alunos engenheiros mecânicos-eletricistas formou-se em 1917, ano em que o Instituto foi oficialmente reconhecido pelo Governo Federal – Art. 9º da Lei nº 3232, de 05.01.1917, e quando nela ingressaram os primeiros professores brasileiros, Engenheiro José Procópio Fernandes Monteiro e Mário Albergaria Santos.

O curso tinha a duração de três anos, passando para quatro anos em 1923. Após duas décadas de existência, em 1936, para integralizar o curso era necessário cinco, período em que o curso teve que ser reformulado, por completo, para a devida equiparação ao curso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Essas inovações modificaram inclusive os nomes do curso e da escola, passando às denominações de curso de engenheiros eletricitistas e Instituto Eletrotécnico de Itajubá (IEI), respectivamente.

O Instituto foi federalizado em 1956 e, em 1968, passa a se chamar Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI). Um dado importante da história da UNIFEI que representa o seu papel formador é o de que, no início da década de 1960, a escola de Itajubá tinha formado cerca de 40% do total de engenheiros mecânicos e eletricitistas existentes no Brasil.

A história da UNIFEI é repleta de posicionamentos de vanguarda no campo do conhecimento das engenharias. Em 1921, tem-se o conhecimento de um projeto elaborado por professores e ex-alunos da escola, resultando na

existência de um laboratório termo hidroelétrico, o qual seria o primeiro no gênero na América do Sul.

No sentido de explicitar a importância da UNIFEI às questões do desenvolvimento, esse laboratório foi inaugurado em 1928, com máquinas e equipamentos suíços, em que se dá prosseguimento para uma política de expansão capaz de oferecer atendimento mais amplo e diversificado à demanda nacional e, sobretudo, regional de formação de profissionais da área tecnológica.

No transcurso dos anos, a instituição partiu para a tentativa de se transformar em Universidade Especializada na área Tecnológica (Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI), modalidade acadêmica prevista na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB).

A partir de 1998, esta meta começou a se concretizar com a expansão dos cursos de graduação, período em que a Escola dá um salto de 02 (dois) para 09 (nove) nove cursos de graduação com a devida autorização do Conselho Nacional de Educação (CNE). Posteriormente, foram implantados mais 02 (dois) novos cursos de graduação. Na passagem de Escola para Universidade ocorreu a expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação, cujo sucesso do projeto alavancou a Instituição a condição de Universidade, em 24 de abril de 2002, por meio da sanção da Lei nº 10.435.

Tratou-se de legítimo reconhecimento do Governo Federal para uma instituição de 87 (oitenta e sete) anos de relevantes serviços prestados à engenharia nacional. Este reconhecimento reverberou nos esforços da Instituição em contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.

Atualmente a UNIFEI, com base em seu planejamento estratégico, tem apontado para a necessidade de expansão de seus cursos, a partir de áreas do conhecimento que estabeleçam vínculos e comunicações diretas com a sua história e influência formativa na região, com amplitudes e alcance em todo o Brasil.

3.1. Aspectos Introdutórios

Em seu planejamento de expansão, a UNIFEI busca incentivar a criação de cursos de graduação, especialização e pós-graduação, valorizando sua

experiência em formação de quadros profissionais e expertise na produção de conhecimento no campo das engenharias e tecnologias.

E, por meio desses esforços, surgiu uma parceria pioneira entre governo local (Prefeitura Municipal de Itabira), setor privado (empresa Vale), Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), promovendo a implantação do Campus Itabira, em julho de 2008.

Este convênio, cooperação técnica e financeira firmado entre a UNIFEI, a mineradora Vale e a Prefeitura de Itabira, garantiu a construção do campus da universidade naquele município, bem como a instalação de inúmeros laboratórios fundamentais para o desenvolvimento das atividades de pesquisas, tecnologias e inovações.

Do ponto de vista da história, a UNIFEI sempre atuou em conjunto com o desenvolvimento do país, contribuindo para o salto de um Brasil predominantemente agrário, em 1913, para a era do conhecimento científico e tecnológico dos dias atuais.

Ressalta-se que esse movimento histórico da instituição é, fortemente, incentivado pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG). Dentro das dinâmicas atuais da UNIFEI em prospectar o futuro do desenvolvimento nacional, o IEPG tem trazido a coerência da Universidade em protagonizar o deslocamento das inovações do campo disciplinar ao interdisciplinar e da promoção do diálogo das engenharias com outras áreas do conhecimento.

Dentro desse escopo é que nasce, em 2023, a proposta do Curso de Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional no IEPG, e também como uma consequência e desdobramento das atividades e resultados de pesquisas e estudos produzidos no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS), em funcionamento desde 2012 com nota 04 (quatro) estabelecida na avaliação CAPES (2022).

Em certa medida, o curso de graduação corrobora e fortalece o desenvolvimento do PPG-DTECS e amplia o impacto social na formação de quadros profissionais capacitados aos enfrentamentos dos problemas, demandas e questões, no âmbito social, econômico e ambiental, das regiões em processo de desenvolvimento no Brasil.

Por fim, destaca-se que esta proposição está alocada no IEPG, campus UNIFEI-Itajubá, na cidade de Itajubá, Sul de Minas Gerais, amparada pelas

regras e diretrizes estabelecidas no convênio UAB/CEDUC/UNIFEI para fins de Educação à Distância (EaD).

3.2. Inserção Institucional, Política, Geográfica e Social da UNIFEI

A UNIFEI tem buscado promover a consolidação do conceito de Universidade – universalização/pluriversalização dos saberes e conhecimentos científicos e, conseqüentemente, incentivado a constituição de Cursos Graduação e de Programas de Pós-graduação tanto no Campus Itabira quanto no Campus Itajubá, bem como buscado a ampliação da sua influência de formação profissional às regiões de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e país.

A localização do município de Itajubá é privilegiada, tendo em vista que se encontra no Sul do estado de Minas Gerais a 81 km da Rodovia Presidente Dutra, principal eixo de ligação entre as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, e a 69 km do município de Pouso Alegre, Minas Gerais, acesso à Rodovia Fernão Dias (Fonte: <http://186.225.220.244/cidade/historia.php>), dentro da Serra da Mantiqueira, na mesorregião do Sul (Sudoeste) do Estado de Minas Gerais, entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, território margeado pelos Rios Paraíba do Sul e Sapucaí.

Esta mesorregião compreende o universo de aproximadamente 05 (cinco) milhões de habitantes, integrando os municípios que circunscrevem às regiões de influência da UNIFEI (Sul/Sudoeste de Minas Gerais, Região Metropolitana do Vale do Paraíba paulista e Sul Fluminense). Nesse contexto, se faz pertinente o fortalecimento de cursos de graduação que interfiram positivamente no desenvolvimento dessa regiões para constituição de massa crítica com força da ampliação de espaços qualificados de formação em universidade pública de excelência, no sentido de adensar o volume de produção intelectual e o entendimento das questões da relação entre gestão, desenvolvimento, regionalidades, tecnologias, processos, serviços e projetos para crescente formação de profissionais para a promoção de transformações da realidade do local e região e, conseqüentemente, preparados para o enfrentamento da vida em suas inúmeras demandas e dimensões.

No que diz respeito à Inserção Institucional, Política, Geográfica e Social da UNIFEI, os Cursos disponíveis propiciam aos alunos um ambiente estruturado para a execução de diversos trabalhos, bem como a projeção da continuidade da formação acadêmica, científica e tecnológica, em nível de Pós-graduação. Nesse contexto, a UNIFEI quer possibilitar novas oportunidades de trabalho, devidamente atualizada às demandas do nosso tempo. Além disso, o Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional promove um “leque” de oportunidades para a UNIFEI e para as regiões nas quais a universidade está inserida.

A UNIFEI é reconhecida pela formação de profissionais para o campo das engenharias e, atualmente, não se limita à formação desses profissionais. Dentro dessa abrangência, há espaço para novos cursos de graduação e pós-graduação em outros campos de conhecimento, em que se valoriza as atividades formativas (ensino, pesquisa e extensão), intimamente preocupada com gestão, melhorias de produtos, processos e serviços que, diretamente ou indiretamente, colaboram para as transformações sociais e dignidade da população em geral.

A região possui expressivos índices de qualidade de vida, composto por elementos socioculturais, econômicos, históricos, arquitetônicos e recursos naturais que servem de material potente para ensino, pesquisa e extensão. Um curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI (mesmo que em perspectivas de ensino virtual ou à distância) oferece recursos suficientes para contribuir nas reflexões e promover soluções de problemas ambientais; sociais e econômicos, no sentido de proposições metodológicas, projetos, planejamentos, programas, serviços e práticas pertinentes às transformações sociais, ambientais, econômicas, culturais, técnicas apoiadas na sustentabilidade.

Cabe deixar consignado que o município de Itajubá tem vínculos com os polos industriais nos arredores das regiões, presentes nos municípios de Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Paraisópolis, Extrema, Bragança Paulista, Taubaté, Pindamonhangaba, Jacareí, São José dos Campos, Guaratinguetá, Lorena, Resende, Volta Redonda, dentre outros municípios que formam um eixo de desenvolvimento importante nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, às margens das Rodovias Fernão Dias e

Presidente Dutra suportando o corredor rodoviário que transporta cerca de 20,0% da produção industrial dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Tem conexão, ainda, com um conjunto de recursos materiais e imateriais que destacam a relevância sociocultural e socioeconômica da região de influência da UNIFEI, considerando que abrange diversas rotas turísticas, desde o turismo religioso (Aparecida, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista, Baependi, Santa Rita, etc.), o turismo histórico (Cunha, Silveiras, Bananal, Areias, São José do Barreiro, Arapeí, Resende, Visconde de Mauá, etc.), o turismo de aventura (Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, Santo Antônio do Pinhal, Marmelópolis, Delfin Moreira, Conceição das Pedras, Itamonte, etc.) e o circuito das águas (Caxambu, São Lourenço, Monte Verde, etc.) que merecem pesquisas, entendimentos e profissionais atentos às dinâmicas da região com capacidade técnica para atender as demandas.

Não é excesso afirmar que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba, o Sul Fluminense e o Sul de Minas, com suas especificidades econômicas (indústrias multinacionais e nacionais, serviços públicos e privados, negócios agropecuários, etc.), culturais (modo e estilo de vida, história, tradições, festas, comunidades, dentre outras dinâmicas) e recursos arquitetônicos e naturais (monumentos históricos, igrejas, edifícios, cachoeiras, rios, serras, etc.), convergem os eixos do ensino, pesquisa e extensão ao campo temático do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Equivale dizer que a UNIFEI, conseqüentemente o Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, está localizado em um território importante em termos da necessidade de formação de quadros profissionais competentes, bem como suas interfaces com um conjunto de questões e demandas interconectadas com as tecnologias, as engenharias, ao empreendedorismo e as inovações, desde as temáticas que cercam o processo de industrialização até questões tidas como menos complexas no âmbito dos saberes e fazeres “populares”.

Um aspecto sobre a caracterização socioeconômica da microrregião de Itajubá é a de que esta compreende a uma área territorial de 2.979.130 Km², com população aproximada de 194.144 habitantes (IBGE, 2020). A Universidade exerce influência na formação de profissionais e de pessoas para

atuarem em determinadas regiões e microrregiões numa área de abrangência que envolve 03 (três) Estados, como mencionado acima; circunscrição que congrega aproximadamente 05 (cinco) milhões de pessoas, sem a oferta de curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional com as ênfases desta proposta.

Existem nas universidades públicas Universidade Federal de Lavras-UFLA, Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL, Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA e Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, respectivamente, o curso de graduação em Administração Pública – Presencial e EaD (UFLA), curso de graduação em Gestão Pública - Presencial (UNIFAL), o curso de graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional - Presencial (UFOPA) e o curso de graduação em Desenvolvimento Regional - Presencial (UFRGS), porém quase todos são na modalidade presencial, sendo que todos, presencial e EaD não apresentam a mesma proposta de formação do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional. Já na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, existe o curso de graduação em Desenvolvimento Rural na modalidade de ensino a distância com enfoque no ambiente rural. Na universidade privada, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS em sua escola de negócios, existe a formação complementar na graduação em Desenvolvimento Regional na modalidade presencial. Portanto, o curso em proposição, na UNIFEI, é oportuno e fundamental para intensificar formações qualificadas, por meio de uma Universidade Pública a qual dará cobertura de formação profissional ao contingente territorial de influência da UNIFEI, no âmbito e termos da Educação a Distância (EaD) e das regras da UAB/CEDUC/UNIFEI.

O estudo de Vassallo e Miranda (2018) revelam o impacto econômico da UNIFEI e aponta o seu importante papel no desenvolvimento do município de Itajubá, Estado de Minas Gerais e país. Este estudo mensurou o impacto econômico quantificando os empregos gerados e a valor adicionado na economia destas regiões, em que considerou os efeitos diretos, indiretos e induções dos gastos da universidade, dos seus servidores e dos seus alunos. Os autores apresentam que a UNIFEI tem: (a) importância social formadora de cidadãos e profissionais; (b) gerado 4.759 empregos em Itajubá (16,9% das pessoas ocupadas no município); (c) movimentado cerca de R\$ 186 milhões

(mais de R\$ 122 milhões estão associados à universidade, ou seja, 4,5% do PIB de Itajubá).

Portanto, é nesse conjunto de importância que a UNIFEI, por meio do IEPG, acredita no curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional como mais um instrumento educativo (por este certame na modalidade à distância), capaz de formar profissionais-cidadãos humanistas, críticos e competentes para a solução dos problemas pertinentes às dinâmicas produtivas e sociais da região inserida.

3.3. Um Breve Histórico do Curso

Do ponto de vista da formação profissional, as atividades do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional se estabelecem para dinâmicas vinculadas à construção de um Brasil “desenvolvido” e passa pela industrialização. Conseqüentemente, a gestão, o desenvolvimento e o regional se traduzem em um dos instrumentos propulsores da formação técnica e do desenvolvimento econômico, social e sustentável em diversas regiões.

Os cursos de Gestão e Desenvolvimento Regional se firmaram no Brasil, apenas, em Programas de Pós-graduação. Portanto, na graduação esses temas passam a ser importantes para a difusão de um conhecimento que, em construção constante, possibilita trazer contribuições às transformações sociais, desde de soluções aos problemas sociais, econômicos e ambientais até suas interfaces com dinâmicas socioculturais de comunidades. Para tanto, profissionais bem formados nesta temática passa a ser um elemento essencial às pretensões do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, o conhecimento que o PPG-DTECS/UNIFEI tem produzido no campo do saber do Desenvolvimento, juntamente com a expertise em gestão presente no IEPG, justificam a proposta de um curso de graduação com foco nas interpretações das demandas do nosso tempo, como um elemento crucial de leitura, formação e reflexão da linguagem das coisas, das pessoas, do mundo contemporâneo, das regionalidades e da sustentabilidade.

Num esforço de síntese, há um reconhecimento do papel de formação de quadros profissionais à área da Gestão e Desenvolvimento, no sentido das

proposituras de soluções a demandas e aos problemas da sociedade no âmbito regional, nas interfaces entre o social, o econômico e o ambiental.

Em outros termos, as atuais transformações experimentadas no mundo produtivo, fortemente impulsionadas pela sociedade da informação e da tecnológica, têm alçado tema de pertinência à gestão e ao desenvolvimento (local e regional) à condição de fundamental para a leitura de nossos tempos sociais, tanto do ponto de vista institucional quanto para as soluções das questões de empregabilidade, geração de renda e transformações para um mundo melhor, justo e sustentável. Desafio que o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI se propõe a enfrentar contribuindo, assim, na formação de profissionais competentes e sensíveis às questões de nosso tempo com a devida pluralidade.

3.4. O Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional ancora-se nos pilares do ensino (formação), da pesquisa (conhecimento) e da extensão (prática), tendo como foco as possibilidades de pesquisa e atividades extensionistas com perspectivas de intervenções/empreendimentos dentro da premissa de contribuições para o desenvolvimento de municípios e regiões, por meio da atuação ativa de discentes e docentes em projetos sociais, econômicos, culturais e tecnológicos “com”, “na” e “junto” a comunidade local e seu entorno.

O curso se predispõe na formação de profissionais-cidadãos humanistas¹ e críticos com o compromisso de pensar, refletir e propor soluções para as demandas e problemas tanto no âmbito local como regional, por intermédio de atividades a serem promovidas no sentido do fomento do empreendedorismo, do mercado e das comunidades, tudo dentro de suas realidades, possibilidades e processos de desenvolvimento.

¹ A formação humanista que embasa o presente PPC está sustentada em uma “Educação Humanista” nos moldes de Mizukami (1986), e envolve designar diversas teorias e práticas engajadas na visão de mundo e código de ética do humanismo, mais propriamente, prima pelo desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional, criando condições para a iniciativa, a responsabilidade e a autodeterminação na resolução de problemas, por meio do desenvolvimento da ética, da solidariedade, da moralidade, do bem comum, do respeito à diversidade e da dignidade como objetivo último de todo pensamento e ação humana.

Para formação de quadros profissionais, o curso propõe a entender e detectar na região os elementos socioculturais, econômicos, históricos e simbólicos significativos que podem trazer subsídios potentes ao tema de Gestão e Desenvolvimento Regional, bem como contribuir para futuras pesquisas/intervenções que envolvam o desenvolvimento da região, Brasil, América Latina, África, outros países ou lugares.

A partir desse lugar, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI apresenta um potencial para a formação de profissionais, competentes e habilitados, que consigam fazer uma leitura da realidade local, em que ganha densidade teórica, metodológica e conceitual fundamentadas no diálogo entre desenvolvimento e suas preocupações de gestão, de sustentabilidade, de inovações aplicadas à sociedade, de regionalidades, em que se abordam também perspectiva de resolução de problemas do território, das cidades, das produções, projetos de bem viver e das potencialidades do local.

Trata-se de um campo de conhecimento em que a mesorregião do sul de Minas Gerais e a UNIFEI têm recursos e potencialidade para contribuir às reflexões e às soluções dos problemas sociais, humanos, tecnológicos, no sentido de proposições de metodologias, projetos, intervenções e práticas pertinentes às transformações sociais, sustentáveis, econômicas, culturais e técnicas.

Quanto à contextualização regional da proposta, a avaliação positiva de uma Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional pode trazer incrementos importantes ao desenvolvimento da região, a considerar que o foco do curso envolve perspectivas do desenvolvimento social, econômico e da sustentabilidade.

Conforme argumento consignado no item sobre a inserção institucional da UNIFEI, o Campus Sede de Itajubá se localiza próximo da Rodovia Fernão Dias, no centro do eixo comercial Belo Horizonte *versus* São Paulo, o que pode trazer forte impacto socioeconômico e gerar subsídios aos investimentos públicos e privados, a partir da formação de profissionais competentes, gerando, conseqüentemente, impulsos ao desenvolvimento econômico, cultural, político e social aos municípios interligados nesse grande eixo territorial.

Dentro das subdivisões que constituem os pilares do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, terá como ênfase as dinâmicas de unidades curriculares que envolvam os núcleos do (a) social, (b) socioambiental e (c) socioeconômico para direcionar um conjunto de informações que dinamizem práticas, reflexões, projetos e propostas inovadoras de gestão e de desenvolvimento, pautados nas diversas questões, demandas e problemas regionais, a considerar a expertise da Universidade e o conjunto de pesquisadores que compõem o IEPG, em especial o PPG-DTECS, base de sustentação desta proposição. Percurso necessário que deve apontar a contribuição e o papel formativo do curso à área.

Compreende-se que a produção teórica que sustenta grande parte do conhecimento da gestão e desenvolvimento regional está presente no conjunto das pesquisas realizadas no PPG-DTECS. Inclusive, porque, se trata de uma área recente e com poucos cursos, o que justifica o esforço da UNIFEI em acreditar, subsidiar, incentivar e fomentar a presente submissão.

Por meio de processos amparados na sustentabilidade, se pensa a gestão e o desenvolvimento regional para as pessoas, lugares e transformações diante de diversas interpretações do nosso tempo, bem como para ser um instrumento para a leitura da linguagem das coisas e, conseqüentemente, entender, interpretar, propor e intervir nos traçados do desenvolvimento.

Face ao enunciado, aposta-se na relevância de combinar o conhecimento da gestão com o desenvolvimento regional, reconhecendo a complexidade das relações e dinâmicas nomeadamente desigual, violenta, intolerante, mas potente de experiências que podem ser capturadas na leitura do regional para que se projetem as proposições de soluções. Portanto, o curso buscará contribuir para o conhecimento e ação das soluções nas interfaces entre gestão e desenvolvimento regional, em perspectivas de melhores métodos e modelos de organizações econômicas, sociais e sustentáveis.

Pode-se afirmar que a gestão e o desenvolvimento regional se afiliam aos esforços internos e externos que promove a UNIFEI, no sentido de fortalecer o trinômio das práticas universitárias: ensino, pesquisa e extensão. O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional promove, por si, as

possibilidades de Formação (Ensino), Geração de Conhecimento (Pesquisa) e Aplicação/ Comunicação dos Saberes (Extensão).

Após a caracterização enunciada, destaca-se, por fim, que o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional dará cobertura de formação profissional a futuros gestores(as), empreendedores(as), consultores(as), agentes (públicos e privados) do desenvolvimento e pesquisadores(as) à região de atuação e influência da UNIFEI. Em outros termos, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI estará apoiado em três pilares: Rigor Metodológico, Base Tecnológica e Prática Extensionista.

O **Rigor Metodológico** garante o desenvolvimento de projetos com base no conhecimento das necessidades regionais, no conhecimento técnico e científico das demandas da sociedade, mediante uma abordagem integrada. Além disso, o conhecimento das metodologias permite a replicabilidade dos processos exitosos, ainda propõe uma aprendizagem contínua.

A **Base Tecnológica** proporciona conhecimentos fundamentais de entrada e entendimento do que venha a ser gestão, desenvolvimento e suas aplicabilidades no campo do regional. De forma aplicada, propicia o fomento de processos, planejamentos, projetos e intervenções, incluindo caracterizações que formatem propostas de transformações, a considerar responsabilizações estruturais, econômicas, sociais e ambientais que se pautem em inovações e sustentabilidade.

A **Prática Extensionista** que constitui o elemento integrador de todos os conhecimentos estudados no curso, proporcionando a sua consolidação por meio da sua aplicação prática. Estas características do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional permitem que o profissional, aqui formado, seja capaz de coordenar, gerir e dialogar com equipes multidisciplinares durante o processo de desenvolvimento, planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de propostas de desenvolvimento regional. Por meio desses eixos é que se espera instituir um diferencial formativo, bem como o que se pretende aplicar ao presente curso de graduação, na modalidade de Educação à Distância (EaD) na UNIFEI.

Sob o ponto de vista acadêmico, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional deverá otimizar recursos humanos e materiais proporcionando uma

integração entre os vários cursos da UNIFEI (Engenharias, Administração, Bioprocessos, Materiais, Química, Sistemas de Informações, dentre outros), importante para a visão e formação interdisciplinar que se pretende para os profissionais da área.

Quanto ao aspecto social, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional visa suprir uma demanda explícita aos agentes do desenvolvimento, públicos e privados, devido a inexistência formativa na região. Portanto, uma instituição de ensino superior pública e gratuita voltada à capacitação de profissionais para as questões do desenvolvimento regional faz toda a diferença.

A criação do Curso, em nível de graduação, justifica-se face à imperativa necessidade de atendimento às demandas sociais, econômicas e ambientais das regiões em processo de desenvolvimento, sobretudo nos seguintes setores: serviços, industriais, comunidades, turismo, gastronomia, território, políticas culturais, urbanidades, ruralidades, problemas e realidades sociais, trabalho, educação e geração de renda.

Ao preparar novos perfis profissionais aptos a responder às necessidades da sociedade, o Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional deverá contribuir para efetiva interação entre a universidade e a sociedade, além de proporcionar condições para ampliação, diversificação e enriquecimento do elenco das ofertas acadêmicas da UNIFEI. Neste sentido, busca-se a consolidação da proposta de um curso como elemento fundamental para o desenvolvimento regional para a resolução dos dilemas e demandas sociais, econômicos e ambientais.

3.5. Justificativas do Curso

A implementação do Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional compreende as pretensões de crescimento da UNIFEI, dentro da perspectiva de fortalecimento de sua influência de formação no Sul/Sudoeste do Estado de Minas Gerais, Região Metropolitana do Vale do Paraíba (Litoral Norte e Cone Leste paulista) e Sul do Estado do Rio de Janeiro, bem como potencializar os processos de constituição de conhecimento de outras áreas que dialoguem com as engenharias, as tecnologias e as possibilidades de gestão e processos de desenvolvimentos mais sustentáveis socioeconômicos e socioambientais.

4. PERFIL DO CURSO

4.1. Objetivos

Os objetivos trazem o potencial do curso para promover competências e habilidades aos discentes, no sentido de estimular iniciativas coletivas empreendedoras para o local, com as possibilidades proposituras de soluções para problemas sociais, sociotécnicos, ambientais e econômicos presentes na região de atuação do curso, bem como transformações socioeconômicas relevantes à superação das desigualdades de nossa realidade. Portanto, o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional está em concordância com as normas da Universidade Federal de Itajubá, tendo como objetivo principal:

4.1.1. Objetivo Geral

Formar profissionais com visões interdisciplinares no âmbito da Gestão e Desenvolvimento Regional, aptos para as abordagens de múltiplas situações sociais, econômicas e ambientais no campo do desenvolvimento, com base no conhecimento da ciência e comunidade para a resolução de seus problemas e demandas.

4.1.2. Objetivos Específicos

- 1- Incentivar o desenvolvimento de novas metodologias e novos métodos para a elaboração de propostas interventivas inovadoras, a partir das demandas das regiões;
- 2- Difundir o conhecimento técnico e científico do campo do Desenvolvimento com base na gestão e nas regionalidades para as soluções das demandas da sociedade, por intermédio de abordagens integradas e integradoras;
- 3- Proporcionar conhecimento científico e tecnológico para o desenvolvimento regional pautado na dignidade das pessoas e sustentabilidade;

4- Incentivar a prática, planejamento, ações, execução e acompanhamento de projetos/programas/políticas extensionistas, em consonância e integração com os conhecimentos estudados no curso, valorizando as formas de aplicação prática;

5- Preparar profissionais para respostas às necessidades da sociedade, comunidade e realidade social, econômica e ambiental da região, dinamizando a interação entre a universidade e a sociedade.

4.2. Missão, Visão e Valores

O curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional tem como proposição ser instituído na UNIFEI, sede no Campus Itajubá-MG, o papel formativo de relevância para atuação de seus discentes às questões do desenvolvimento e, respectivamente, contribuir nas dinâmicas socioprodutivas de regiões em processo de desenvolvimento no Brasil.

4.2.1. Missão

A missão curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional é a de formar um conjunto de profissionais reflexivos, estimulando o conhecimento relevante através do reconhecimento do papel transformador da Gestão e Desenvolvimento Regional à superação das desigualdades socioculturais, ambientais e econômicas.

Dentro dessa missão, o curso visa o fomento de estudos para reflexão, avaliação, compreensão e intervenção aos fenômenos decorrentes dos processos determinantes à realidade brasileira em diferentes frentes: questões inerentes ao Território, Cidade, Sustentabilidade, Ruralidade, Empreendedorismo, Inovação, Planejamento, Programa, Projeto, Produção, Serviço e Comunidades, assumindo um caráter interdisciplinar.

4.2.2. Visão

Ser referência na graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional no que tange à produção de pesquisas sobre inovação de materiais, processos sustentáveis, produtos e tecnologias aplicadas à sociedade, em que vislumbra, institucionalmente, alavancar ações, práticas e atividades acadêmicas no caminho da produção de conhecimento sobre processos sustentáveis, ruralidades, tecnologias sociais e artefatos, empreendedorismo e

sustentabilidade, questões ambientais, construções sustentáveis, cidades sustentáveis, mobilidade urbana, trabalho e saúde, ergonomia, inclusão social, pessoas com deficiência, em que se valorizará a expertise da universidade, no sentido de formar competências para soluções de problemas e dinamizar processos inovadores de Gestão e Desenvolvimento Regional.

4.2.3. Valores

A proposta assume perspectiva interdisciplinar, em que promoverá a produção de conhecimento transformador e interventivo sobre a realidade socioeconômica, cultural, ambiental, simbólica, estética e ética posta. Assim sendo, a graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional defende o emergir dos seguintes valores:

- Valorização da história dos lugares e territórios;
- Respeito à diversidade, pluralidade e diferenças;
- Formação de redes solidárias;
- Desenvolvimento e Sustentabilidade;
- Geração de renda e dignidade;
- Empreendedorismo e Inovação;
- Tecnologias aplicadas às comunidades e às pessoas;
- Ética;
- Formação de inteligências humanas e não-humanas;
- Construção de Políticas para o Desenvolvimento Econômico e Social.

4.3. Legislação Aplicável ao Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional

O curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional obedecerá às Diretrizes do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), edital nº 25/2023, Processo nº 23038.006670/2023-11, regulamentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicado no Diário Oficial da União de 20/09/2023, Edição 180, Seção 3, pág.

68. Também tem a devida sincronização com os diretrizes curriculares nacionais, nos termos da Resolução no. 5 de 14 de outubro de 2021 do Conselho Nacional de Educação, Resolução no. 2 de 18 de junho de 2007, decreto 12.456 de 19 de maio de 2025.

4.4. Perfil do Egresso – Competências

O curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional enseja, como perfil desejado do formando, capacitação para a apropriação do pensamento reflexivo e crítico para que o desenvolvimento de projetos que envolvam sistemas de informações visuais, estéticas culturais e tecnológicas, observados ao ajustamento histórico, os traços culturais e de desenvolvimento das comunidades.

O perfil desejado circunscreve-se à capacidade do aluno produzir projetos e produtos sustentáveis para a resolução de problemas relacionados ao processo de desenvolvimento de soluções adequadas ao homem e ao contexto no qual se encontra.

Adequado às diretrizes da Portaria nº 205, de 22 de junho de 2012, a prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE 2012), o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Unifeibusca um perfil profissional que contemple:

- I. Capacidade de observar, interpretar, avaliar e propor soluções para responder as necessidades do indivíduo e da sociedade por meio de artefatos (produtos, sistemas e serviços);
- II. Compreensão e elaboração do artefato como elemento de mediação e transformação social;

III. Atenção às condições e finalidades do projeto de artefatos incluindo etapas de concepção, desenvolvimento, implementação e impactos;

IV. Domínio para a elaboração de artefato, considerando as características formais, materiais, funcionais e comunicacionais;

V. Capacidade de atuar em equipes multiprofissionais;

VI. Capacidade de planejar e analisar sistemas e processos de produção de artefatos;

VII. Domínio da linguagem da área de conhecimento;

VIII. Domínio dos fundamentos da área de conhecimento para promoção de conexões que permitam ações criativas.

Este profissional deverá possuir ampla e sólida formação teórica e prática, possibilitando-o solucionar problemas de Gestão e Desenvolvimento Regional com foco nas indústrias, comunidades, cooperativas, gerando ideias e soluções para um determinado contexto de uso, elaborando simulações ou prototipagem do serviço, representações gráficas das propostas e especificações.

5. FUNDAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOSE POLÍTICO-METODOLÓGICOS

Os fundamentos didáticos que serão privilegiados na proposta político-pedagógica e metodológica do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI terão um caráter de formação humanista, nos moldes pensados por Mizukami (1986). Dessa perspectiva, pretende-se empenhar esforços formativos que entrelacem teorias e práticas que permitam ao discente ter uma visão de mundo e código de ética do humanismo.

Há, dentro desse universo didático-pedagógico, espaços de diálogos com teorias que permitam visões reflexivas e críticas sobre o mundo e a realidade, em que se permeia pela(o) ética, solidariedade, bem comum, respeito à diversidade e dignidade das pessoas, das comunidades, das memórias e da natureza.

Nomeadamente, o processo formativo se fundamenta em valores envolvidos em uma concepção de educação crítica e emancipatória (LIBÂNEO, 2013), tanto quanto às preocupações de qualidade na formação profissional quanto nas dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão que se voltam as transformações sociais e como as tecnologias do Gestão e Desenvolvimento Regional podem ser aplicadas ao social e à cidadania.

Do ponto de vista epistemológico, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI se organiza no campo de conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar, em que se predispõe explorar métodos e metodologias inovadoras, articuladas entre teoria e prática, em todas atividades e processos formativos a ser experimentado pelo discente ao longo do curso.

5.1. Ensino

Implica-se ao curso de Gestão e Desenvolvimento Regional um vínculo indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, o que se estabelece dentro do campo de conhecimento multidisciplinar e interdisciplinar.

➤ 5.1.1. Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade

Destaca-se que o corpo docente, inicialmente envolvido com a proposta, é composto por professores lotados no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão da Universidade e de formação disciplinar em diversos campos do conhecimento (Ciências Sociais, Ciências da Terra e Engenharia de Produção), pressupondo um caminho aberto para trocas, diálogos e experiências que fortalecem o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, enquanto um campo de conhecimento interdisciplinar, de partida.

No caso, a proposta assume o caráter multidisciplinar, em que as disciplinas se permitem ao diálogo, com a prospecção de atingirmos, de forma rápida, assertiva e precisa, um nível de formação de competências e habilidades e de produção de conhecimento que nos consolidem dentro dos pressupostos acadêmicos interdisciplinares.

Vale ressaltar que no esforço de alinhamento com a educação contemporânea se fortalecem o uso de técnicas, métodos e metodologias que enfrentem contextos diversos, voltadas ao desenvolvimento das políticas educativas que promovam olhares novos e múltiplos, no sentido de respostas outras à realidade socioeconômica, sociopolítica e sociocultural que experimentados no mundo.

Desse lugar, olhares múltiplos e de abordagens coletivas podem trazer respostas sociais mais satisfatórias do que as posições de orientação disciplinar redutora, mas que prevalece no horizonte político-racional hegemônico da cultura ocidental. Portanto, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional traz em seu projeto-didático pedagógico uma proposição em dinâmicas multidisciplinar/interdisciplinar.

Acrescenta-se que por meio desse processo não se tratará de rompimentos com as disciplinas, uma vez que, a considerar as teorizações de Chanlat (2000) e Pombo (2005), que se buscam as transferências de métodos, metodologias e olhares de campo disciplinar para outro, ora abrindo portas de diálogos ora edificando outras zonas de intersecção que formatam outro campo de trocas, distintos das unificações disciplinares para além dos objetivos e quadros disciplinares.

A formação do Gestão e Desenvolvimento Regional, dentro do universo destacado, talvez permita novas atitudes, ações e práticas transformadoras ao território, pessoas, comunidades e coisas, manifestações de saberes, metodologias inovadoras de ensino-aprendizagem e técnicas que serão enfatizadas nos fundamentos didático-pedagógico e político-metodológicos do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

➤ 5.1.2. Metodologias Inovadoras

Na proposta do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional privilegia a adoção de metodologias inovadoras nos processos de ensino-aprendizagem, vislumbrando uma postura proativa dos discentes, no sentido de resolução de problemas a serem enfrentados no dia a dia, no mundo do trabalho e na vida, mas com posicionamentos reflexivos, críticos, solidários e autônomos que demonstrem as competências, habilidades e conhecimentos adquiridos no curso.

Busca-se o aprimoramento do corpo docente para desenvolvimento e uso de métodos/metodologias inovadoras (BARBOSA e MOURA, 2013), em que reverberam na formação de profissionais à frente do seu tempo e com potencial de intervenções sobre a realidade do lugar, do território, da comunidade e da vida.

Por outro lado, tem-se a aposta de que as inovações no processo de aprendizagem possam trazer superações às atuais limitações imposta pelos modelos mais tradicionais e fortemente vigentes, dentro do intuito de que os movimentos de formação de profissionais para transcender a sala de aula para novos espaços de aprendizagem, adequados as novas gerações de alunos que ingressam no ensino superior na contemporaneidade.

A orientação pedagógica do curso reconhece que o processo de aprendizado dos graduandos é particular e diferenciado em termos de tempo, estilos e formatos. Portanto, o uso de metodologias inovadoras e ativas, por proporcionarem aos alunos participação efetiva no processo mediante a orientação e mediação do professor, atende tais demandas, desenvolvendo autonomia pelas diversas experiências vivenciadas, com perspectiva de ressignificação desses papéis, em que metodologias são apreciadas e valorizadas no presente curso, face a possibilidade para um avançar em

ambiente virtual (síncrono e assíncrono), envolvendo conteúdos relacionados aos comportamentos e atitudes coerentes com a formação desejada.

Cabe deixar registrado que se tem a prospecção de que a adoção de metodologias inovadoras e ativas possam contribuir para o desencadeamento no aluno, futuro profissional, de práticas autônomas, do espírito empreendedor e da criatividade, a considerar a realidade das distintas regiões brasileiras em processo de desenvolvimento e contextos diferenciados socioeconômico, sociocultural e sociopolítico.

5.2. Fomento à Pesquisa

A graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional está associada ao mestrado (e futuro doutorado) do PPG-DTECS. As atividades de pesquisa e de iniciação à ciência são elementos, básicos, da organização do curso, em que é tratado como sendo um instrumento relevante às ações formativas a serem adotadas.

Todos os professores envolvidos inicialmente com a proposta do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional têm experiência de pesquisa em Programas de Pós-graduação, *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*. Ressalta-se que a Universidade faz forte investimento para atividades de pesquisa no âmbito das ações entre docente e discente e, por meio de estímulos materiais, recursos financeiros e humanos, incentiva pesquisas iniciais, mestrado e doutorado para uma formação discente de qualidade.

Na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) situa-se um braço organizacional denominado de Diretoria de Pesquisa (DIP), em que atua qualificação da prática de pesquisas e da produção do conhecimento com relevância para o avanço da Ciência e das Tecnologias estudadas (e desenvolvidas) na UNIFEI, contribuição efetiva ao progresso científico, social, econômico, político e cultural das regiões em processo de desenvolvimento no Brasil.

O fomento se dá por intermédio de Programas e Editais de fomento, tais como: a.) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC); b.) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); e, c.) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Tratam-se de políticas de produção de

conhecimento e formação consolidados na universidade, as quais serão fortemente utilizadas pelos discentes do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

A iniciação científica, como elemento de formação e resolução de problemas, passa a ser relevante na relação entre docentes e discentes, não, apenas, no âmbito da prática de pesquisar, mas de construção de conhecimento, parcerias, trocas e solidariedades no processo educacional, em que os resultados são visibilidade para além dos trabalhos aprovados em congressos, seminários, workshops, colóquios e demais eventos. Importante deixar consignado que o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional emerge das pretensões de expansão da Universidade e, dentro do IEPG, tem-se todos os incentivos para a participação e apresentação dos trabalhos em eventos científicos de associações nacionais e de relevância à comunidade científica.

No projeto do curso aponta-se que existem disciplinas relacionadas a prática de pesquisa (Metodologia de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, por exemplo), mas todas as disciplinas, de certa forma, corroboram para o exercício investigativo, sempre a partir de seus conteúdos, práticas e teorias, as quais podem gerar produção de conhecimento, artigos e comunicações científicas. Por outro lado, cada disciplina se organiza possibilidades didático-pedagógicas para estudos de caso, observações de campo, visitas técnicas e demais procedimentos de levantamento de dados e análise e, conseqüentemente, resultem em práticas investigativas, produção de conhecimento e teorias para o campo do Gestão e Desenvolvimento Regional.

Registra-se que a UNIFEI tem uma biblioteca significativa e de fácil acesso que, além de livros físicos, disponibiliza um conjunto de informações, treinamentos e conteúdo facilitando a realização de pesquisas, a partir dos seguintes serviços: pesquisa *on-line* ao acervo; orientação à normalização de trabalhos científicos; Portal de Periódicos da Capes (como as bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *Café*, dentre outras); acesso à RNP/INTERNET/Wireless; divulgação de eventos: congressos, seminários, palestras, exposições, etc.; e acesso à Biblioteca virtual da Pearson.

O IEPG, instituto que abriga está proposta, se organiza, por ora (não considerando a o PPG-DTECS em avaliação pela CAPES), três programas de

pós-graduação (Administração profissional; acadêmicos de Engenharia de Produção e Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade), lugares de produção de conhecimento em efervescência que alcança a graduação, um diferencial na formação dos discentes.

5.3. Fomento à Extensão

A extensão universitária tem ganhado força no Brasil a partir dos processos de redemocratização do país e, em grande medida, constitui um papel à Universidade de coparticipar das transformações sociais necessárias e urgentes no caminho da dignidade de pessoas, lugares, comunidades, com base em suas competências técnicas, em que confere vinculações pertinentes entre a Instituição de Ensino Superior (IES) e a sociedade (em especial as áreas de influência da Universidade).

Dessa perspectiva e amparado nas elaborações de Gurgel (1986), salienta-se que a extensão envolve: (i) retroalimentação (movimento dialético de ida e volta); (ii) integração (movimento de ligação entre ensino, pesquisa e sociedade); (iii) abertura (no sentido de cumprimento de uma missão social); (iv) equilíbrio (entre as atividades de ensino e pesquisa); (v) mentalização (atuação participativa da sociedade); e (vi) projeção (participação em um processo maior de transformação). Esses valores reforçam a universidade como um agente da transformação social e, por consagração, alça as práticas de extensão em instrumentos-meio para a solução de problemas, conflitos, serviços, amparados pela leitura crítica e humanística sobre a realidade social do território, ou seja: “articular uma mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, propiciando uma reflexão crítica e uma revisão permanente de suas funções e, também, das atribuições do ensino e da pesquisa” (GURGEL, 1986, p.170).

A inclusão da extensão como elemento essencial à formação acadêmica está expressa em diversos documentos que regulam a educação superior no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – aprovada em 20 de dezembro de 1996, a Constituição Federal de 1988 - art. 207, a Lei nº 9394/96, as orientações normativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – nº 10.861/2004 e na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão

na Educação Superior Brasileira. Ademais, as atividades de extensão favorecem a ampliação dos horizontes da formação acadêmica, acrescentando para além de competência técnico-científica, a sensibilidade para atuação e transformação de questões sociais.

Quanto às atividades de extensão universitária, as ações na Universidade são promovidas, coordenadas e acompanhadas pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e pautadas nas seguintes orientações: indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade; interação dialógica entre a universidade e a sociedade; produção e democratização do conhecimento técnico, científico e tecnológico e contribuição para o desenvolvimento social. Além disso, a PROEX é responsável pelo gerenciamento, acompanhamento, elaboração de políticas, normatização, controle e avaliação das ações relacionadas com as funções sociais, culturais, artísticas e tecnológicas de natureza extensionista da UNIFEI.

Destaca-se que as ações de extensão abrangem modalidades diversas, tais como: programas, projetos, cursos e mini-cursos, eventos, prestação de serviços, produção cultural, científica e tecnológica. Os editais de fomento são lançados periodicamente nas áreas de Cultura e Extensão Social, Empreendedorismo e Inovação e Extensão Tecnológica e Empresarial, ofertando a possibilidade de bolsas para os discentes envolvidos.

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional tem todas as condições de trazer suas contribuições para o aprimoramento das atividades de extensão da Universidade, as quais caminham no sentido de estimular no aluno competências e capacidades para leitura reflexiva e crítica de problemas de nossa área de conhecimento, traduzindo em processos de elaboração, implementação e consolidação de projetos socioeconômicos e sociotécnicos que estabeleçam linhas de conhecimentos e trocas de experiências que ampliam os horizontes da vida, da vida acadêmica, do cotidiana para o meio social e da leitura da realidade brasileira.

O corpo docente do curso será estimulado a participar e a propor projetos, em resposta aos editais da PROEX, engajando os discentes nas mais variadas práticas e ações de extensão. Para fortalecer esse engajamento discente, o curso atrela a proposição de ações/intervenções de extensão para

um conjunto de horas/atividades relacionadas às atividades de extensão. Para melhor detalhamento tem-se a descrição das atividades extensionistas.

No que tange as atividades de extensão, estas devem ser instruídas no Sistema de Informação Gerencial da universidade e deverão iniciar na Unidade Acadêmica ou Órgão Administrativo competente, de acordo com as normas vigentes na UNIFEI, e serem objeto de registro na PROEX. As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades interventivas: (i) programas; (ii) projetos; (iii) cursos e oficinas; (iv) eventos; e (v) prestação de serviços.

Para efeitos de creditação do curso e concessão de diploma, é exigido do discente o cumprimento da carga horária mínima destinada à extensão. De tal modo, o presente PPC estabelece que o aluno deverá acumular 202 horas/relógio em atividades de extensão voltadas aos interesses do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional. Com relação às atividades de extensão, a carga horária a ser contabilizada será aquela em que o discente comprovar, por meio de certificado, e conforme as regras estabelecidas pela PROEX, sua participação como protagonista da ação extensionista.

É importante ressaltar que as atividades de extensão, cumpridas pelos discentes, ficarão devidamente registradas em seu histórico escolar. As orientações apresentadas estão de acordo com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e na regulamentação da Política de Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Itajubá.

As atividades de extensão do curso, como um todo, foram constituídas com a finalidade de criação de uma cultura de extensão, estimulando o interesse e o compromisso com a problematização e a intervenção em questões relevantes que impactam as comunidades, as pessoas, os negócios, a vida, a natureza e a sociedade.

5.4. Articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão – Teoria e Prática

A universidade desempenha o importante papel de efetivar a articulação entre a teoria e a prática, integrando ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável, construindo um ambiente rico de aprendizagens e de formação significativas. Essa articulação será incentivada de modo permanente e integrada no curso de Gestão e Desenvolvimento Regional na UNIFEI, em que contemplará diferentes atividades com a proposição de extrapolar perspectivas disciplinares, por meio de projetos, atividades acadêmicas, eventos e programas.

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, a partir do IEPG, contribuirá para a otimização de recursos humanos, laboratórios, auditórios, salas de aulas, projetos, programas, atividades acadêmicas e científicas existentes na UNIFEI – provenientes de outros cursos – e apoiará as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo corpo docente que participa deste projeto de graduação. Esforço que ultrapassa a formalidade da integralização da carga horária de atividades extracurriculares e curriculares do aluno do curso.

Trata-se de uma aposta formativa que valoriza proposições interdisciplinares, com diálogos entre várias disciplinas, conhecimentos, experiências e saberes distintos para resolução de problemas, produtos, negócios, geração popular de renda, dentre outros, uma vez que se considera importante fomentar ofertas consistentes e continuada de práticas de pesquisa e extensão valorizando as relações discentes, docentes e comunidade local.

Equivale acrescentar que o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional emerge no IEPG, o qual possui graduações em Engenharia de Produção e em Administração, além de 03 programas de Pós-graduação, em que aproveitará a experiência gerada no Instituto para dinamizar as atividades da graduação, mesmo sendo aplicada na modalidade à distância.

5.5. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional (IEPG/UNIFEI) assume uma abordagem multi/interdisciplinar, propondo ser um instrumento pedagógico de formação de profissionais que façam a leitura da realidade de seu tempo social e gere impactos significativos no desenvolvimento da região de influência da Universidade. Este componente curricular se divide em duas etapas, a saber: TCC1 (64 horas) e TCC 2 (96 horas).

O aluno poderá iniciar sua jornada de integralização do TCC a partir do 5º período do curso, o que não o impede de explorar os temas, teóricas, práticas e assuntos abordados no transcorrer do curso, sem perder de horizonte a vocação, objetivos e metas estabelecidas na organização do curso.

Ressalta-se o processo de desenvolvimento do TCC será orientado por um professor/pesquisador, mediante um cronograma de etapas que incluirá bancas avaliativas (seminário de qualificação e defesa), bem como rodadas de aconselhamento e *feedbacks* por parte dos docentes envolvidos, tanto para sugestões e críticas, quanto para a validação do trabalho realizado, sem desconsiderar as orientações individuais e as bancas de avaliação final.

Espera-se que o aluno compreenda os procedimentos de um processo elaboração de um TCC, o que o qualificará para pós-graduações *stricto sensu*, mas, também, o permita entender como se dá o desenvolvimento de um projeto de aplicação de técnicas, teorias e métodos; constituição e justificativa dos elementos introdutórios de um projeto; identificação dos instrumentos de pesquisa e suas estratégias metodológicas; diferentes formas de coleta de dados, avaliação, análise de resultados; elaboração de plano de ação ou melhores práticas; modos de formatação de projetos e apresentação para banca avaliadora com especialistas.

No que se refere à carga horária, é importante demarcar que o TCC será conduzido ao longo dos semestres e, portanto, contempla um total de 160 horas com o objetivo de:

- Construir competências para a consolidação de habilidades e atitudes no campo do Gestão e Desenvolvimento Regional;
- Desenvolver a capacidade de criação e exercício de propostas de projetos inovadores e de alto impacto;

- Proporcionar uma experiência de execução de projeto com perspectiva de transformação social.

Visando cumprir procedimentos operacionais e regras disciplinares, o TCC é regularizado internamente e segue o disposto no Anexo C da Norma de Graduação da Universidade Federal de Itajubá (disponível em: <https://unifei.edu.br/institucional/documentos/>) que consta o Regulamento para o Componente Curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

5.6. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é uma atividade incentivada no curso de Gestão e Desenvolvimento Regional do IEPG – Unifei, cuja proposta consiste na efetiva aplicação de conhecimentos teórico-práticos construídos no âmbito das disciplinas do curso. O “Estágio Supervisionado Obrigatório” deve ser realizado a partir do 5º período para fins de integralização das 160 horas exigidas.

Para cumprir com os demais ordenamentos normativos o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional se baseia na regulamentação interna e no Anexo D da Norma de Graduação da Universidade Federal de Itajubá (disponível em: <https://unifei.edu.br/institucional/documentos/>), o qual consta o Regulamento para Estágios de Discentes dos Cursos de Bacharelado. Esse regulamento tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais e regras para disciplinar os estágios.

5.7. Atividades Complementares

A formação complementar é fruto da participação do aluno, durante a realização de seu curso de graduação, em atividades que não estão inseridas na estrutura curricular, mas que reconhecidamente contribuem para o desenvolvimento de competências e conhecimentos relevantes para sua formação acadêmica, profissional e social, e que, por essa razão, são integradas a seu currículo escolar. O discente do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI necessita cumprir uma carga horária igual ou superior 160 horas devidamente comprovadas (Apêndice A).

A incorporação de atividades complementares ao currículo do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional teve como fundamento, o cumprimento do disposto no Artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 5, de 14 de outubro de 2021, que institui as DCN de Graduação em Administração (bacharelado), juntamente com o objetivo de promover maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, estimulando os alunos no sentido de exercitarem práticas de estudo independentes e transdisciplinares que enriqueçam seu currículo, e do reconhecimento de sua participação em atividades que contribuam para o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, solidificando sua formação como profissional-cidadão humanista.

Ressalta-se que é de responsabilidade do discente buscar as oportunidades para a realização das atividades complementares, tendo em vista que o exercício da iniciativa e o da autonomia relativa na construção do currículo constituem fatores relevantes para o seu desenvolvimento profissional. As atividades de complementação visam propiciar ao graduando a interação direta com as atividades profissionais, de pesquisa e em áreas que promovam o seu desenvolvimento técnico-científico e social.

Visando estimular e valorizar a realização de atividades extracurriculares o curso oferece tal oportunidade que deverá respeitar regulamentação própria estabelecida pela Unifei. Dentre as possíveis atividades a serem consideradas complementares tem-se:

- Atividades voluntárias;
- Monitorias;
- Projetos de iniciação científica;
- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Projetos de extensão;
- Viagens de estudo;
- Palestras;
- Seminários, congressos ou fóruns;
- Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso;
- Participação em diretório acadêmico, núcleos de estudos, laboratórios de pesquisas, desde que vinculadas às áreas estratégicas do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

No Apêndice “A”, apresenta-se a relação das atividades complementares previstas para o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI, a carga horária atribuída a cada uma delas, a forma de contabilizar a carga horária e a documentação necessária para a comprovação. O registro da atividade complementar para o aluno é realizado pelo Coordenador de Curso no Sistema Acadêmico. É atribuída ao aluno, no semestre em que a atividade foi realizada, a carga horária da atividade, favorecendo assim o processo integrado de ensino.

5.8. Aproximação e Integração entre Graduação e Pós-graduação

O IEPG oferece os Programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Engenharia de Produção (Mestrado e Doutorado), Mestrado Profissional em Administração e o Mestrado acadêmico em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG-DTECS), os quais apresentam grande potencial de integração com o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Importante deixar consignado que este curso de graduação está associado à proposta de pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (mestrado e, futuro doutorado). Portanto, há um espaço significativo à formação especializada dos ingressantes interessados, bem como uma prospecção de formação consistente e de qualidade.

Registra-se também que há, por parte do IEPG, a oferta de cursos *Lato Sensu*, os quais visam a formação especializada de profissionais em diversas áreas do conhecimento. Assim sendo, dentre as possibilidades de integração entre a graduação e os Programas de pós-graduação, tem-se, inúmeras disciplinas da pós-graduação que podem ser disponibilizadas como optativas para a graduação, respeitando o projeto do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Também se pretende viabilizar aos alunos de graduação um conjunto de seminários de estudos avançados, partindo das discussões da pós-graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade e dos Programas afins do IEPG, para fomentar o interesse em assuntos que demonstrem o estado da

arte de determinados temas e assuntos pertinentes ao campo de conhecimento do Gestão e Desenvolvimento Regional.

Do ponto de vista dos processos de pesquisa que integram graduação e pós-graduação, o grupo de professores envolvidos nesta proposta desenvolvem projetos e produtos em associação com as preocupações do campo de conhecimento da Gestão e Desenvolvimento Regional. Assim sendo, lista-se alguns projetos de pesquisa e extensão executados:

UNIFEI - Registro: 519 - EXPRESSIVIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM MUNICÍPIOS DO SUL DE MINAS GERAIS

Descrição: Este projeto tem como objetivo analisar a potencialidade da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial de quatro municípios da microrregião Itajubá, no Sul de Minas, através da identificação e análise dos projetos coletivos, programas públicos e sujeitos sociais envolvidos com o tema do desenvolvimento rural da região. A análise e sistematização dos dados obtidos servirão de apoio para planejamentos e estratégias de longo prazo, possibilitando aos atores sócio-políticos identificar pontos fortes e fracos, potencialidades e limitações na organização de ações coletivas para o desenvolvimento rural, bem como para gerar informações e conhecimentos disponibilizados como insumo para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

UNIFEI -Registro: 707 - AMBIENTE CONSTRUÍDO, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Descrição: Este trabalho procura estudar a cidade e o edifício sob a ótica do desenvolvimento socioambiental, ou seja, investigando aspectos de qualidade ambiental, de sustentabilidade, de planejamento (urbano e construtivo) e de sua função social.

FAPEMIG/Universal 001/2018 - ESTABILIDADE DE TENSÃO E REDES INTELIGENTES: INTERAÇÃO E EFEITOS

Descrição: Este projeto tem por objetivo a modelagem de redes inteligentes e seu efeito sobre a estabilidade de sistemas elétricos. A ideia é modelar o sistema e tratar da resposta a diferentes perturbações, analisando o efeito de diferentes tipos de renováveis.

UNIFEI - Registro PIDI44: FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS DENTRO DE UMA UNIVERSIDADE EM PERSPECTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

Descrição: Os engenheiros desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de Ciências e Tecnologias, atuando nas mais diversas áreas e contribuindo para o avanço econômico do país. Faz-se necessário o estudo e investigações acerca da formação destes profissionais contemplando não só o contexto de Ciência e Tecnologia no qual estão envolvidos, outrossim, deve-se contemplar a égide da inserção deste profissional na sociedade e suas percepções ainda no

âmbito acadêmico. Neste contexto, o objetivo deste Projeto de Pesquisa encontra-se no estudo das perspectivas acerca da neutralidade da Ciência e Tecnologia, bem como o compromisso social da ciência sob a visão de engenheiros em formação específica nas áreas de engenharia de materiais e produção, docentes dos respectivos cursos e corpo administrativo acadêmico. Como metodologia, serão aplicadas pesquisas quantitativas e qualitativas junto à população contemplada pela amostragem proposta, análise dos dados e, posteriormente, interpretação dos resultados obtidos.

CNPq/PQ 2019 - CONSIDERAÇÃO DE REDES ATIVAS NA ESTABILIDADE E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE POTÊNCIA

Descrição: Este projeto tem por objetivo a modelagem detalhada de sistemas de potência considerando a entrada de fontes renováveis. Além disso, modela a parte social de inclusão energética ao modelar o comportamento da sociedade e diferentes interações, como evasão escolar, gravidez precoce e taxas de criminalidade. Os efeitos de inserção energética são então medidos e analisados.

PVDI136-2021- DESEMPENHO SUSTENTÁVEL DA CADEIA DE SUPRIMENTOS "FASHION CIRCULAR": UM ESTUDO MULTIMETODOLÓGICO

Descrição: A indústria da moda contribui com mais de \$ 450 bilhões em vendas globalmente (RESTA et al., 2016) tornando-se uma das indústrias mais significativas em todo o mundo (WANG et al., 2020) no entanto, causa sério impacto social e ambiental na cadeia de suprimentos. Para mitigar esses impactos, surge o conceito de Economia circular aplicados às empresas, com o propósito de diminuir a geração de resíduos ao meio ambiente, promovendo a sustentabilidade da cadeia de suprimentos e do desenvolvimento urbano. Entretanto, a sustentabilidade, baseada no *triple bottom line*, pode ser difícil de ser alcançada, pois leva em consideração os aspectos econômicos e sociais das empresas além dos ambientais. Essa dificuldade é enfrentada pela indústria têxtil e de vestuário, as chamadas indústrias *fashion*, pois o setor gera muitos empregos, mas muitos são irregulares, afetando assim, os direitos humanos, além de ser uma das indústrias mais poluidoras do mundo. Assim, manter o equilíbrio entre os aspectos econômicos, ambientais e sociais, promovendo uma fabricação sustentável tem se tornado um dos maiores desafios para este setor. Diante disso, este projeto tem por objetivo principal analisar o desempenho sustentável, baseado no *triple bottom line*, das empresas da cadeia de suprimentos "fashion circular". Para atender ao objetivo proposto e a questão de pesquisa: O Modelo "fashion circular" impacta no desempenho baseado no TBL das organizações, tornando-as mais sustentáveis? Adotou-se a abordagem de pesquisa multimétodos (SINGHAL; SINGHAL, 2012b, 2012a). O método de pesquisa apresenta uma estratégia multi métodos, que mescla a abordagem qualitativa e quantitativa.

CNPq (DAI/MAI) - BIG DATA E ANÁLISE ESPACIAL NA INTEGRAÇÃO DA MICROMOBILIDADE E TRANSPORTE PÚBLICO URBANO NO CONTEXTO DE SMART CITIES

Descrição: A mobilidade inteligente é um dos aspectos das *smart cities* e é vista como promissora no incentivo da mobilidade sustentável,

integrando e facilitando o acesso ao transporte público e a micromobilidade. Porém, as contribuições da mobilidade inteligente para o ambiente urbano ainda estão sendo exploradas e parecem depender do contexto em que as inovações são aplicadas, do gerenciamento de recursos e de fatores humanos associados. É percebido, então, a necessidade do gerenciamento adequado das tecnologias, sendo fundamental compreender seus potenciais de contribuição e os seus impactos, garantindo que os objetivos sociais, econômicos e ambientais sejam alcançados. Com o gerenciamento adequado, as áreas urbanas podem ser beneficiadas, com a melhoria da acessibilidade, eficiência, cobertura, flexibilidade, segurança e integração geral do sistema de transporte. No contexto de *smart cities*, apesar de haver condições e circunstâncias favoráveis, a literatura científica da pesquisa é recente, e ainda pode ser explorada, principalmente no que tange a literatura brasileira. Assim, se faz necessário compreender e viabilizar soluções para a mobilidade urbana e aumentada eficiência dos sistemas de transporte, explorando a integração do transporte público e da micromobilidade. Desse modo, a UNIFEI em parceria com a B2ML SISTEMAS apresentou uma proposta de projeto ao edital CNPq MAI/DAI 2021 para realização de um estudo de caráter científico e tecnológico que estabeleça a análise espacial e de *bigdata* no contexto de *smart cities*, de forma a proporcionar ações oportunas e estratégias que culminem na promoção do transporte urbano e na integração deste com os demais modos de transporte.

CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS

Descrição: Esse projeto tem o intuito de criar um ambiente fértil e favorável para a ampliação do conhecimento e fortalecimento do PPG-DTECS em ação participante de jovens doutores, realizando atividades com foco integrativo de docentes, discentes e sociedade para a sua consolidação em seus 10 anos de existência. Tem como objetivos: Realização de estudos integrados sobre Desenvolvimento Urbano e Tecnologias Sociais no contexto de cidades inteligentes e sustentáveis, por meio de: Aprofundamento e continuidade de projetos anteriores com o uso combinado de técnicas inovadoras e novas metodologias; Buscar por meio de estudos específicos a integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa, propiciando um ambiente de discussão entre diversos atores da pesquisa. Composição de novos modelos interdisciplinares de apoio à decisão, envolvendo a comunidade no tratamento de problemas reais e dos domínios da sustentabilidade; Contribuir com os grupos de pesquisa vinculados ao PPGDTECS; Desenvolver novos estudos de casos, com a modelagem de problemas urbanos e de mobilidade, com especial atenção as especificidades de cada região.

FAPEMIG/Universal 001/2022 - A SUSTENTABILIDADE DA MOBILIDADE URBANA EM CIDADES MINEIRAS NO CONTEXTO ATUAL E DE PÓS-PANDEMIA

Descrição: A pandemia por Covid-19 tem impactado significativamente a vida nas cidades, sendo o setor de transportes um dos mais afetados. Nesse período vários estudos têm buscado entender as consequências da pandemia quanto a aspectos ambientais, socioeconômicos, comportamentais e de padrões de viagens. Mais do que nunca, as soluções sustentáveis para os deslocamentos no ambiente urbano enfrentam grandes desafios, no que tange a proposição de modelos e

projetos que possam contribuir para medidas que revertam o quadro de segregação, exclusão social e degradação ambiental do meio urbano, agravadas ainda mais com a pandemia. Cidades mineiras, por sua vez, possuem características peculiares culturais e de forma e ocupação, com relevo montanhoso, muitas vezes dificultando o acesso em áreas mais elevadas. E apesar de nos últimos anos ter havido revisões nos planos diretores de alguns municípios de Minas Gerais, ainda não são efetivas as mudanças em termos de mobilidade. Portanto, o objetivo principal deste projeto é analisar os elementos de cidades mineiras e comportamentais que interferem no planejamento de projetos para alcançar a sustentabilidade da mobilidade urbana, considerando as peculiaridades ambientais, sociais, culturais, de forma e ocupação urbana de cada região. Tendo como base os princípios do desenvolvimento orientado ao transporte sustentável, serão verificados os impasses sociais e as políticas públicas para a mobilidade urbana sustentável no contexto atual e no pós-pandemia. Pretende-se avançar com o estado da arte, expandindo as discussões no meio acadêmico sobre a resiliência da mobilidade urbana e dar continuidade aos projetos anteriores, com o uso combinado de técnicas inovadoras e novas metodologias de análise espacial, modelagem computacional e abordagem multicritério. É uma área em expansão que permite compor modelos combinados que podem auxiliar o processo de tomada de decisão em relação às várias facetas e dimensões dos problemas de Transportes.

REGIONALIDADES, ECONOMIA E CULTURA: REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO DO SUL DE MINAS GERAIS

Descrição: Registro DPI. O projeto de pesquisa tem o objetivo de estudar aspectos do desenvolvimento do território do Sul de Minas Gerais, tomando como referência os elementos socioeconômicos, culturais, políticos, simbólicos da regionalidade, estes implicados com processos de geração de renda, formação, desenvolvimento sustentável e sustentado, saberes e fazeres locais, comunidades, tradições, ruralidades e transformações sociais. Trata-se de um projeto integrador da linha de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade.

Desse lugar, propôs-se a identificação de percursos epistêmico- teóricos, metodológicos e estratégias de intervenção convergentes com a abordagem do campo interdisciplinar associada às questões do desenvolvimento e território. O esforço se faz necessário face aos desdobramentos dos resultados de dissertações, projetos executados (em execução) e publicações produzidos por docentes e discentes do PPG-DTecS, no sentido de que a mesorregião do Sul de Minas Gerais merece investigações que valorizem o potencial do território nas prospecções de “modelos de desenvolvimento” aplicados. Objetiva-se identificar os elementos, entrelaçando regionalidade, economia e cultura, que podem dar suporte ao desenvolvimento do território subsidiados por políticas socioculturais e econômicas como vetor de processos de geração de renda, considerando as ações dos agentes do desenvolvimento desencadeadas na região. Espera-se a promoção de percursos metodológicos interdisciplinares, e inovadores, que permitam novos e outros entendimentos sobre desenvolvimento. Conseqüentemente, também, a constituição de um conjunto de informações que possam influenciar e subsidiar o rumo das políticas públicas de geração de renda, de atividades associativas e

cooperativas, bem como a difusão do potencial dos saberes do lugar na promoção da diminuição dos distanciamentos socioeconômicos da realidade do Sul de Minas, podendo ser aplicado e comparado com e em outras regiões em processo de desenvolvimento.

O PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO REFERÊNCIA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS OU REGIÕES

Descrição: Financiamento do CNPq. Parte-se do entendimento de que, estudos territoriais, precisam ter como foco o território e seu patrimônio territorial. Pretende-se investigar recortes territoriais, tais como um município, uma região ou território, na perspectiva de responder a uma questão de investigação: quais as possibilidades e desafios relacionados à qualificação de processos localizados de desenvolvimento, tendo como perspectiva a valorização das potencialidades socioeconômicas, culturais e ambientais dos territórios, assumindo o seu patrimônio territorial como referência? Como objetivo geral, pretende-se elaborar estudos, propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência.

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA: Dos saberes populares para uma formação tecnológica e geração de renda

Descrição: Financiamento UNIFEI - Edital: 05/2023/UNIFEI/PROEX. Trata-se de apresentação das discussões sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) no campo da educação tecnológica para fins de implementação de tecnologias sociais aplicadas em contextos escolares, a partir dos saberes comunitários para geração de renda, estas circunscritas à economia criativa e solidária. Justifica-se devido ao processo de apagamento dos conhecimentos populares das erveiras e materas que têm o conhecimento e o domínio dos princípios ativos das plantas para fins de confecção de artefatos fitoterápicos, o qual carece de preservação, registro e divulgação científica, tendo a universidade o papel, no campo do fomento das tecnologias sociais, de intervir nesses processos, dado as suas competências na formação de massa crítica e de quadros profissionais, bem como de divulgação e aplicação de conhecimentos acadêmicos à comunidade. Objetiva-se capacitar professores e alunos da rede educacional, pública e privada, de Itajubá/MG para construção de um herbário para catalogação e cultivo de plantas para fins de estudo, registro e experimentos. Espera-se com esta execução científica trazer conhecimentos populares e comunitários à formação e à capacitação de profissionais da educação e alunos para atividades que possam gerar subsídios para políticas formativas e geração de renda, dentro do campo da CTS, cuja o aprendizado incorpora a criatividade, a arte, a identidade local, a história, a solidariedade, a troca e a sociabilidades elementos que se valorizam nas ações, atividades e intervenções de inovações e tecnologias sociais.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIAS NO CAMPO DA ECONOMIA CRIATIVA: pesquisa e implementação de emprego e geração de renda

Descrição: Registro PROEX N PJ036/2023 - Trata-se de pesquisa sobre inovação social por meio de aplicação de tecnologias (CT), circunscritas ao campo de conhecimento da economia criativa e solidária voltadas

para geração de emprego e renda. A pesquisa será realizada no município de São Lourenço, Minas Gerais, utilizando-se dos espaços físicos da Fenice Fundação e de intervenção à comunidade em situação de vulnerabilidade no município, com foco nos processos de economia criativa e solidária. A partir dos projetos Fênix: juventude e Trabalho e Corte e Modelagem: Costurando o Futuro realizar-se-á entrevistas e reuniões com os agentes do desenvolvimento local (empresários, associações e poder público) para que se entenda a realidade socioeconômica do município e, posteriormente, seja constituído postos de trabalho ou formas de geração de renda, resultantes das atividades formativas dessas iniciativas dos pesquisadores do PPG-DTECS. O presente projeto de pesquisa tem dois objetivos: a) propor estratégias de formação de jovens (primeiro emprego) e de costureiras/costureiros para (o primeiro em orientação profissional e o segundo as iniciações de corte e costura) ocupar postos de trabalho ou constituição de associações e cooperativas; b) identificar as necessidades do município para futuros processos populares de geração de renda e empregabilidade. Espera-se com a execução desta pesquisa que ocorra a formação de pessoas em situação de vulnerabilidade e o aumento da autoestima das participantes, promovendo a capacitação e profissionalização do público-alvo para exercer atividades que possam gerar empregabilidade e renda. Registra-se, por fim, que no campo da CTS, o aprendizado é resultado de um processo que envolve arte, solidariedade, troca e sociabilidades, elementos que se valorizam nas pesquisas, ações e intervenções de inovações sociais.

Espera-se ter um curso de graduação ativo e pulsante, devidamente afinado com o futuro do PPG-DTECS, bem como comprometido com as questões do Desenvolvimento, especificamente as dinâmicas da Gestão e do Regional, a considerar pode gerar uma predisposição, constante, ao desenvolvimento de projetos, políticas, ações, práticas, produtos, processos, planejamentos que tragam inovação, sustentabilidade, valorização da cultura, econômica e relações sustentáveis, consumo consciente e distributivo, democracia direta e protagonismos locais, elementos potentes às transformações e à superação das desigualdades sociais de realidades regionais distintas.

5.9. O Curso Aplicado em Educação à Distância

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional será disponibilizado em educação à distância, de acordo com o DECRETO No 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 – DOU e Portaria PORTARIA MEC No 378, DE 19 DE MAIO DE 2025 – DOU; levando-se em consideração a expertise do IEPG na proposição de cursos de especialização por meio do CEDUC à Universidade Aberta do Brasil

(UAB), convênio com o MEC. Portanto, ao se candidatar ao curso de graduação, o aluno terá todas as condições estruturais para a sua integralização, visto que as turmas são amparadas pelas estruturas do CEDUC e dos polos que fizerem a adesão à proposta, conforme diretrizes e normas da UAB/MEC.

Os polos de apoio são lugares instituídos por prefeituras inscritas na UAB com a responsabilidade de criar as condições físicas, materiais e tecnológicas que qualifiquem a formação dos discentes inscritos no curso, o qual será ministrado pelo CEDUC e vinculado em determinada prefeitura, devidamente cadastrada na UAB.

Todas as atividades do curso acontecerão de forma síncrona e assíncrona, sendo de responsabilidade do aluno e do Polo de Apoio Presencial os equipamentos necessários para o bom andamento das aulas e ações propostas. Da entrada até a defesa do trabalho final, o CEDUC fornecerá todas as condições estruturais (plataforma digital adequada, design educacional, tutoria e demais práticas para o bom andamento do curso), devendo estabelecer todas as regras aplicadas ao curso, nos termos das regras da CAPES/UAB/MEC.

A UNIFEI tem um histórico significativo na disponibilização de diversos cursos de especialização e graduação dentro do sistema UAB. No ensino à distância, a UNIFEI iniciou suas atividades em dezembro de 2000 com a criação do Núcleo de Educação a Distância (NEaD). Atualmente, o CEDUC tem a responsabilidade institucional de abrigar cursos à distância na universidade, a partir de uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) e todos os professores vinculados à graduação e pós-graduação têm capacitações, competências e habilidades para ministrar cursos na UAB. Por outro lado, o CEDUC tem uma política de oferecimento de cursos internos de capacitação no sentido de habilitação de professores à utilização destes AVAs, bem como das tecnologias de informação e comunicação.

No que tange a Universidade Aberta do Brasil (UAB), trata-se de um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior (graduação e especialização *lato sensu*) através do uso da metodologia da educação à distância. Num primeiro momento a UAB prioriza a formação de professores que atuam na educação básica, seguidos dos

dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, mas tem, nesta gestão, buscado atender também ao público em geral. Daí a proposta de um curso que circunscreve suas preocupações com o desenvolvimento regional, devidamente alinhado aos interesses do MEC/UAB.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor das redes públicas de ensino, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. O Sistema UAB funciona como articulador entre as instituições de ensino superior e os governos estaduais e municipais, com vistas a atender às demandas locais por educação superior.

Essa articulação estabelece qual seria a instituição de ensino que deve se responsabilizar em ministrar determinado curso, em certo município ou certa microrregião. Este programa educacional de formação de pessoas acontece de forma presencial nos polos de apoio presencial, lugares que contém todas as possibilidades de aprendizagem (biblioteca, computadores, forma de acesso a rede internacional de computadores, etc.). Portanto, o polo faz a articulação entre as instituições públicas de ensino, o CEDUC (no nosso caso), os municípios gestores e inscritos e, conseqüentemente, UAB trabalha para assegurar o fomento de determinadas ações e o bom funcionamento dos cursos.

O CEDUC tem uma infraestrutura significativa construída ao longo dos anos e conta com salas de coordenação, secretaria, sala de suporte técnico, sala da equipe multidisciplinar, duas salas de tutoria equipadas com

computadores e uma lousa interativa. Conta, também, com sala de reunião e outra para web-conferência, além de um estúdio qualificado para gravação e organização das aulas síncronas e assíncronas.

O curso reforça a missão, a visão e a política de qualidade, no sentido de gerar, preservar e difundir conhecimento, formar cidadãos e profissionais qualificados e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, visando à melhoria da qualidade de vida, com a perspectiva de ser referência nacional para o desenvolvimento socioeconômico das pessoas, através da qualidade de seus cursos oferecidos na modalidade a distância e da inovação tecnológica.

Deste lugar de partida, assume o compromisso com a qualidade para a promoção constante na atualização de sua equipe de servidores e colaboradores, buscando melhorar a eficácia das suas atividades, promover uma cultura organizacional capaz de estimular a motivação e o envolvimento de sua equipe para assegurar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis às atividades e a infraestruturas do CEDUC e dos Polos de Apoio Presencial, o que resume na buscar constante e continua pela melhoria da eficácia do sistema de gestão qualidade.

No que se refere ao curso de graduação em proposição, a preocupação formativa se volta para o aluno e as práticas organizadas dentro do ambiente virtual terão flexibilidades para sejam aprimoradas de acordo com os interesses regionais, dos alunos e dinâmicas da UAB. Assim sendo, diferente dos cursos presenciais, cada disciplina do curso será disponibilizada dentro de um ambiente virtual de aprendizagem, atualmente a plataforma do *Moodle*. O atendimento das dúvidas sobre as atividades é individualizado e garantido num prazo máximo de 24 horas nos dias úteis.

Do ponto de vista efetivo, espera-se que o processo de formação implementado ao curso viabilize práticas e trabalhos coletivos, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar, os movimentos sociais, organizados ou espontâneos, e as associações a ela vinculadas.

Aposta-se na institucionalização do que denominados de “netiqueta” ou “etiqueta da Internet”, um conjunto de regras para o bom convívio no mundo virtual. Esse termo vem da união da palavra “net”, que significa rede (e a

Internet é a grande rede), com a palavra “etiqueta” (normas de conduta social). Na verdade, pode-se pensar que basta ter bom senso ao se comunicar com outras pessoas. Portanto, o curso de gestão e desenvolvimento regional terá uma preocupação ética que supere os elementos formativos para o mundo do trabalho, mas para as transformações dos lugares, regiões, pessoas, grupos e comunidades.

6. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A UNIFEI, universidade especializada em engenharias e tecnologias, tem poucos cursos de Graduação e Programas de Pós-graduação fora do conhecimento das engenharias (temas correlacionados e afins para esta). Dentro da perspectiva de potencializar uma proposta de universalidade para a proposição de outros conhecimentos é que se analisam as oportunidades e as ameaças de um curso de graduação no campo de Gestão e Desenvolvimento Regional:

6.1. Análise de Ambiente (Oportunidades)

São oportunidades:

- Aglutinação de um conjunto de pesquisadores e professores que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão de qualidade na fronteira entre as engenharias, ciências sociais, ciências da informação e ciências da saúde;
- Otimização dos recursos da Universidade, via CEDUC, que possam ser compartilhados;
- Possibilidade de expansão das propostas de formação de quadros profissionais com potencial de intervenção na realidade local;
- Socializar a excelente infraestrutura física da universidade, no sentido de disponibilização de espaços de ensino, pesquisa e extensão ao corpo docente e discente, quando for o caso, para o bom desenvolvimento de suas atividades acadêmicas;
- Valorização das conexões disponíveis e livres à rede mundial de computadores, por meio da Universidade (também aplicáveis aos polos de apoio e ações institucionais da UAB/Prefeituras), a qual permite o acesso para todos, inclusive às produções científicas em bancos de dados da CAPES, sistema Café e bibliotecas virtuais conveniadas;
- Disponibilidade de laboratórios para os futuros alunos ingressantes, quando for o caso, devidamente equipados com mesas, cadeiras, armários e computadores.

6.2. Análise de Ambiente (Ameaças)

São tratados como ameaças:

- A implementação de uma graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional que não contemple preocupações com o desenvolvimento regional e tecnológico, bem como não se efetivem as interfaces interdisciplinares do conhecimento de outras áreas;
- As dificuldades institucionais de superação de olhares disciplinares sobre a tecnologia, a inovação, a criatividade, o conhecimento e o papel das engenharias para além de suas predisposições técnicas.

Dentro da **Análise de Riscos**, a UNIFEI tem conhecimento sobre sua influência regional e nacional, bem como de ter edificado um caminho de conhecimento fortemente pautado nas engenharias. Este caminho estabelecido, nos tempos atuais, requer a incorporação do diálogo com outros atores e áreas do conhecimento.

Dessa perspectiva, o curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional terá que intensificar processos de comunicação junto da comunidade universitária, dos atores do desenvolvimento (locais, regionais, nacionais e internacionais, quando for o caso) e futuros ingressantes para se apresentar como mais uma instância de suporte e apoio às transformações da realidade local e regional, quer seja pela perspectiva do mercado quer seja pelas questões de transformações sociais que o mundo contemporâneo exige.

Trata-se de um curso que se institui como regional, em uma região sem nenhuma proposta de graduação em semelhança, mas que precisa advogar por uma abrangência nacional (e internacional) fora das proposições do campo das engenharias, a qual merece ser explicitada para o sucesso do projeto.

Superado esse risco, o curso pode vir a ter um papel de formação de quadros de profissionais significativos. Estes, importantes para a promoção de processos de conhecimento sobre os temas de Gestão e Desenvolvimento Regional correlacionados com inovações aplicadas à sociedade, à superação das desigualdades e às transformações sociais.

6.3. Avaliação do Curso (Interna e Externa)

A constituição do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional nasce dentre de uma concepção que valoriza a construção de espaço de conhecimento democrático e assume um caráter interdisciplinar para suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Portanto, enfatiza em seu projeto político pedagógico e estrutura curricular dinâmicas que fortalecem ações integradas a partir das seguintes instâncias (internas):

- (a) Núcleo Docente Estruturante;
- (b) Colegiado; e,
- (c) Assembleia.

No que diz respeito à avaliação externa, o curso compreende a realidade de nossos tempos e se predispõe em acompanhar as mudanças da contemporaneidade, tanto do ponto de vista das tendências no mercado profissional quanto das exigências da vida cotidiana (comunidades, movimentos sociais, associações, cooperativas, entre outros), fundamental para a promoção de ajustes ao currículo, instrumento dinâmico para o aperfeiçoamento do projeto didático e político pedagógico do curso.

Seguirá as diretrizes institucionais para o desencadeamento dos processos avaliativos, no sentido de identificar o perfil, os pontos fortes e as deficiências na formação dos alunos do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, bem como as tendências e conhecimentos desejados pelas diversas áreas de atuação do egresso.

6.4. Política de Autoavaliação

A perspectiva do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, por primar pela cultura democrática e assumir um caráter interdisciplinar, se constituiu em um espaço de trocas e experiências de respeito às diferenças, centrado na dignidade da pessoa. Nesse espaço, buscará a realização de avaliações permanentes através de reuniões, debates, trocas e discussões periódicas que permitam a autocrítica, sempre com a participação do corpo docente e discente, cujas deliberações e resultados serão registrados em Ata ou Relatório de atividades que compõem a memória do curso.

A partir desses mecanismos internos, respeitando os critérios organizativos institucionais, o curso criará, em movimento, as estratégias para o bom desempenho do ensino, pesquisa e ensino, reverberando na qualidade formativa do aluno. Também, se pretende privilegiar avaliações externas, a partir de interlocutores externos para que não se perca de horizonte que o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional deve ser dinâmico, atento às transformações do mundo e do território em que exerce influência formativa.

Desse contexto, as ações estão interligadas e integradas as suas instâncias internas, nomeadamente a um núcleo docente estruturante, colegiado e comissões, as quais devem pensar e identificar as oportunidades, ameaças e riscos a serem enfrentados pelo curso.

Cabe realçar que as estratégias de autoavaliação caminham no sentido de acompanhamento das mudanças do mundo, mas, essencialmente, a identificação de processos epistemológicos, metodológicos e didáticos com capacidade da formação de profissionais críticos que enxerguem as transformações do nosso tempo e interfiram em favor de uma sociedade digna e justa, tendo o campo da Gestão e Desenvolvimento Regional como um ponto de referência na produção de outros e novos conhecimentos.

Destaca-se que as atividades avaliativas caminham no sentido de continuidade do aperfeiçoamento e atualizações do curso. São elas:

- Reuniões anuais entre docentes e discentes para levantamento de problemas e busca de soluções, a partir do coletivo;
- Encontros bimestrais do núcleo estruturante, no sentido dar formatos harmônicos entre projetos, disciplinas e produtos com o projeto político-pedagógico do curso;
- Criar espaços de diálogos internos para trocas de experiência com o processo de integralização do curso;
- Seminários com pesquisadores externos para avaliação das atividades e ações desenvolvidas no curso;
- Estimular a formação de comissões flexíveis e rotativas para propor caminhos e adequações, tomando como referência as políticas de avaliação da Universidade.

Essas dinâmicas de avaliação qualitativa, predisposições internas e externas, possibilitam constantes discussões, encontros e espaços

democráticos para elaboração, em conjunto, de resoluções e ajustes apontados pelas estratégias de autoavaliação.

Cabe dar a devida ênfase de que todas as dinâmicas utilizadas são registradas no formato de relatório (ou Ata), que serve de material de consulta para tomada de decisão, quando for o caso.

6.5. Avaliação Discente

A avaliação de aprendizagem do aluno é fundamental no processo de formação, uma vez que permite diagnosticar as dificuldades, reafirmar ou redirecionar as práticas, bem como aferir os resultados esperados considerando as competências e habilidades a serem alcançadas. Ressalta-se que a avaliação discente, da perspectiva do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, é uma estratégia de acompanhamento constante para as devidas observações, diálogos e aplicações coerentes aos instrumentos de verificação do desempenho acadêmico.

Referenciado pela experiência de avaliações da Universidade, tem-se um caminho de contexto avaliativo às instâncias gestoras institucional que o curso fará valer. Assim sendo, as informações de desempenho acadêmico nas disciplinas por avaliações externas, pautadas nas diretrizes e normativas da UAB/MEC/CEDUC. Valorizar-se-á os eixos norteadores do processo de aprendizado utilizados pela Universidade, em que se faz uso de instrumentos de avaliação elaborados de forma a serem capazes de mensurar o desenvolvimento dos alunos, no que tange às finalidades de aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar é feita no âmbito de cada componente curricular, abrangendo os aspectos de frequência e aproveitamento, ambos eliminatórios, conforme Norma de Graduação da UNIFEI. A forma, a quantidade e o valor relativo das atividades de avaliação constarão nos planos de ensino dos componentes curriculares.

Os professores que serão cadastrados no curso de graduação serão selecionados, nos termos da UAB, por meio de edital aberto para todos docentes na seguinte ordem: (a) prioritariamente professores o IEPG; (b) professores da Unifei; (c) professores capacitados para aulas em ensino superior. Certo de que todos os envolvidos dever ter habilidades, competências e habilitações para ministrar aulas em ambiente virtual.

As etapas previstas no processo de gestão da aprendizagem compõem-se das informações citadas acima, as quais são alinhadas com os objetivos de aprendizagem, permitindo ajustes na gestão do curso e o planejamento de ações pedagógicas que possam melhorar o aprendizado. Essas informações são fundamentais para que os gestores acadêmicos, incluindo nesse grupo todos os docentes, possam fazer a gestão do processo, de forma que melhores resultados sejam atingidos.

Ressalta-se, ainda, a constante busca por aperfeiçoamentos nos métodos de avaliação dos discentes, sempre alinhados aos objetivos de aprendizagem, para que se possam fazer as medições. Há duas razões principais para alinhar avaliações com objetivos de aprendizagem: (a) aumentar a probabilidade de oportunidades de aprendizagem e práticas de conhecimentos e habilidades adquiridas; (b) alcance de boas notas, as quais representem de fato a qualidade da aprendizagem. Portanto, as avaliações devem proporcionar aos alunos a oportunidade de revisar o processo de aprendizagem pela mediação do professor e superar as dificuldades apresentadas.

Cabe ainda a afirmação de que a avaliação dos componentes curriculares será executada presencialmente nos Polos de apoio da UAB, segundo o decreto 12.456/25.

6.6. Avaliação Funcional

O sistema de avaliação a ser implementado no do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional se alinhará com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Universidade, em que participam desse sistema de avaliação agentes internos e externos, compostos por docentes, discentes (alunos e ex-alunos), esportes e comunidade. Destacam-se como objetivos do sistema de avaliação:

- Identificar as causas de problemas e deficiências;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional dos docentes e funcionários;
- Fortalecer relações de cooperação entre os atores institucionais;
- Articular comunidade interna e externa num trabalho de avaliação contínua das atividades do curso;
- Questionar os sentidos das atividades e finalidades do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional;

- Julgar a relevância científica e social das atividades e produtos da instituição;
- Produzir conhecimento;
- Contribuir para o desenvolvimento do processo de avaliação na Unifei.

O NDE trabalhará ativamente em prol da conscientização da importância da autoavaliação do curso em todas as suas instâncias. O sistema de avaliação está planejado em três vertentes: avaliação do curso, interna e externa, avaliação discente e avaliação funcional, esta última atingindo docentes, gestores e demais servidores que atendem o curso.

A coordenação do curso de graduação também mantém canal de comunicação com os discentes na busca de aperfeiçoamentos para o curso. Ressalta-se que os docentes são avaliados a cada disciplina ministrada pelos alunos participantes do curso, por meio de questionários em sistema *online* que contempla questões objetivas e abertas. São avaliados critérios formais de itens pertinentes à norma da graduação como, pontualidade, assiduidade, didática, método de ensino, método de avaliação, domínio de conteúdo, comunicação, ética e respeito a diversidade.

Nas pesquisas realizadas pelo NDE com os agentes externos, sejam eles mercado ou ex-alunos, os docentes também são avaliados. O NDE também envolve os representantes discentes no processo avaliativo, reunindo-se com eles para a realização de balanços sobre desempenho acadêmico, infraestrutura, corpo docente e avaliação da própria estrutura curricular. Como resultado, a partir do levantamento dessas informações é possível avaliar:

- A formação e experiência profissional do corpo docente e a adequação do docente a cada atividade/ação prevista;
- A infraestrutura; laboratórios; recursos tecnológicos; acervo e serviços da biblioteca dentre outros indicadores;
- A atualização do curso: adequação das ementas e dos planos de disciplina e a sintonia do curso com as exigências e transformações do mundo;
- A gestão do curso: movimentação de alunos (captação, retenção, migração e evasão) e a equipe de apoio administrativo como secretarias e demais servidores técnico-administrativos.

A avaliação dos docentes será disponibilizada *online*, agrupadas por disciplina, com informações desagregadas assegurado o anonimato dos avaliadores. Os resultados serão apresentados em uma perspectiva de séries históricas, para auxiliar as ações de aprimoramento de docência e gestão do curso. Os dados serão organizados em forma de gráfico e de tabelas, bem como apresentados com a finalidade de estimular a análise individual dos docentes e a tomada de providências para melhorias.

7. COLEGIADO E COMISSÕES

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional da UNIFEI funcionará administrativamente a partir de três instâncias de organização, em que o professor-bolsista selecionado terá responsabilidades e participações na composição dos coletivos do curso. São elas: (1) Colegiado; (2) Coordenação; e, (3) Núcleo Docente Estruturante (NDE).

63

7.1. Colegiado do Curso

Embora disponível a distância, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional se valerá das competências, funcionamento e composição do colegiado a partir das diretrizes estabelecidas no regimento geral da Universidade (<https://normas.unifei.edu.br/todas/regimento-geral/>) e no regimento do IEPG, (<https://normas.unifei.edu.br/todas/regimento-iepg/>), uma vez que se organiza em regras e orientações que permitam espaços de discussões e participações diretas.

O colegiado de curso será implementado e composto pela quantidade de representação de no mínimo 07(sete) membros inscritos no curso (docentes, discentes e mediadores pedagógicos). Compete ao colegiado:

- Colaborar com o Coordenador de Curso;
- Eleger e propor nomes para composição do NDE;
- Promover a implementação de políticas de formação ao curso;
- Aprovar alterações nos planos de ensino das disciplinas propostas pelo NDE;
- Elaborar e acompanhar o processo de avaliação e renovação das edições do curso;
- Estabelecer mecanismos de orientação acadêmica ao corpo discente do curso;
- Criar comissões para assuntos específicos;
- Designar coordenadores de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
- Estabelecer as condições para: estágio, mobilidade acadêmica e atividades complementares;

- Analisar e emitir parecer sobre aproveitamento de estudos e adaptações;
- Julgar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador do Curso;
- Decidir ou opinar sobre outras matérias pertinentes ao curso.

O funcionamento do Colegiado de Curso se dará da seguinte forma:

- O Colegiado deverá reunir-se ordinariamente pelo menos duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado, por requerimento, pelo Coordenador de Curso ou por pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros efetivos;
- As convocações deverão acontecer com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a não ser em caso de urgência, em que o prazo poderá ser reduzido;
- Na convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias deverá constar dia, local, hora e pauta dos trabalhos;
- As reuniões se instalarão com a presença da maioria absoluta dos seus membros. Esse também será o seu quórum para deliberações;
- Perderá o mandato o membro do Colegiado que faltar, sem justificativa plausível, a duas reuniões no semestre, em que sua permanência como professor-bolsista poderá ser cancelada.

A ata da reunião do Colegiado será apreciada na reunião seguinte e, após aprovação, deverá ser assinada pelos membros que participaram da reunião correspondente.

7.2. Coordenação do Curso

Registra-se que o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional respeitará os critérios de competências ditadas pela UAB, bem como a sua forma de institucionalização (coordenador, professores-bolsistas, tutoria, etc.) cumprirá as normativas de edital de processo seletivo, nos termos estabelecidos pela UAB/CAPES/MEC. Compete ao coordenador de curso:

- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, com direito, somente, ao voto de qualidade;

- Representar o Colegiado de Curso;
- Supervisionar o funcionamento do curso;
- Tomar medidas necessárias para a divulgação do curso;
- Participar da elaboração do calendário didático da graduação, dentro das regras do UAB;
- Participar da Câmara Superior de Graduação, se for o caso;
- Promover reuniões de planejamento do curso;
- Orientar os alunos do curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
- Decidir sobre assuntos da rotina administrativa do curso;
- Efetivar o ajuste de matrícula dos discentes no período estabelecido no calendário didático da graduação;
- Exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

7.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional respeitará a forma de constituição do NDE contempladas no regimento geral da Universidade (<https://normas.unifei.edu.br/todas/regimento-geral/>). Contudo, caminha em conjunto com as regras da UAB/MEC/CAPES para fins de organização de suas atividades, práticas e ações.

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino e nas outras dimensões entendidas como importantes pela Instituição, as quais fortalecem o desenvolvimento do curso. Compete ao NDE:

- Nos termos das exigências da UAB, elaborar, acompanhar a execução e propor atualizações contínuas do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-las ao Colegiado de Curso para deliberação;
- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no PPC;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de

exigências do mundo do trabalho e dos negócios (públicos, privados e comunitários), afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

- Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação, normas internas da UNIFEI e diretrizes da UAB/CAPES/MEC;
- Propor ações a partir dos resultados obtidos nos processos de avaliação internos e externos.

O NDE será constituído por 5 (cinco) membros permanentes e 2 (dois) suplentes pertencentes ao corpo docente do curso, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do curso. O Presidente do NDE será eleito pelos professores do curso, dentre seus membros, por maioria simples e em escrutínio único, com mandato de 3 (três) anos, compreendendo a entrada e a integralização de uma turma. Não poderá ser presidente o Coordenador de Curso, sendo permitida uma recondução consecutiva. Assim, ao presidente do NDE compete:

- Convocar e presidir as reuniões do NDE, com direito, somente, ao voto de qualidade;
- Representar o NDE;
- Coordenar a integração do NDE com o Colegiado de Curso e demais órgãos da Instituição;
- Exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

8. INFRAESTRUTURA

Do ponto de vista físico, a UNIFEI possui uma infraestrutura significativa, o que pressupõe a existência de um espaço de alta qualidade para o bom desempenho das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Este (espaço) é composto por: salas de aula; gabinetes de individuais de trabalho docente; espaços coletivos de trabalho acadêmico; acesso dos alunos a equipamentos de informática; laboratórios didáticos especializados; e, biblioteca física e virtual (bases bibliográficas).

O CEDUC, por sua vez, tem uma infraestrutura significativa para fins de cursos e aulas no formato a distância (EaD), o que ganhará ainda mais aprimoramento na medida em que novos e outros cursos forem implementados. Importante, dentro dessa proposta, apontar a infraestrutura física da UNIFEI, pois indica a preocupação institucional com a qualidade da formação discente, desde a escolha de ações presenciais, zelo que se aplica às dinâmicas formativas nas modalidades virtuais.

Ressalta-se que os polos de apoio das prefeituras municipais associadas possuem infraestrutura adequada para o funcionamento do curso, uma vez que o curso será ministrado pela UNIFEI/CEDUC na modalidade virtual e a escolha do polo tem relação direta com o suporte avalizado pela UAB/CAPES/MEC e prefeituras conveniadas.

8.1. Salas de Aula

Do ponto de vista físico e pertinência da UNIFEI, acrescenta-se que dentro das regras internas da universidade, todos os cursos têm permissão de usarem salas de aula em qualquer um dos seus institutos, o que será o caso aplicado aos professores que participarão do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional. No entanto, se faz pertinente frisar que IEPG, Instituto-sede desta proposição, conta com uma infraestrutura predominantemente planejada e equipada para atender ao curso de forma presencial e a distância, com o devido apoio e auxiliar ao CEDUC.

Neste espaço, as salas de aula estão localizadas nos blocos B4 (primeiro e segundo andares), B2 no segundo andar e B1 no primeiro andar e

estarão à disposição e uso preferencial dos discentes e docentes do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional. A figura abaixo (Figura 1) indica a localização do Bloco administrado pelo IEPG.

FIGURA 1- INFRAESTRUTURA DA UNIFEI



Campus Prof. José Rodrigues Seabra - Itajubá-MG

Fonte: Universidade Federal de Itajubá, 2022.

Nos blocos B1 e B2 estão as salas de aula sobre responsabilidade do IEPG, que abriga os professores do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional (Quadro 1) que fazem parte desta proposição.

QUADRO 1 - SALAS DE AULA DO IEPG

Sala	Área (m ²)	Capacidade	Infraestrutura
B.1.1.09 Mahle	97,54	50 alunos	Mesas fixas, cadeiras, 2 projetores, computador, equipamento de áudio, microfones, quadro de vidro, ar condicionado
B.2.2.08 Helibrás	84,13	32 alunos	Mesas fixas cadeiras, 2 projetores, quadro de vidro, ar condicionado
B.2.2.11	25,90	10 alunos	Mesas, cadeiras, projetor, quadro branco
B.2.2.12	25,90	10 alunos	Mesas, cadeiras, projetor, quadro branco
B.2.2.13	36,07	17 alunos	Mesas, cadeiras, projetor, quadro branco, câmera, microfone, computador, 1 televisão de 60" com tela interativa. Para transmissão de vídeo-aula
B.2.2.14	36,38	14 alunos	Mesas, cadeiras, projetor, quadro branco
B.2.2.15	78,31	30 alunos	Mesas, cadeiras, dois projetores, quadro branco
B.3.2.07	18,28	-	Mini estúdio com mesas, cadeiras, computador, câmera, microfones, iluminação especial, revestida de tapete para diminuir interferência acústica. Para

			transmissão de vídeo-aula
--	--	--	---------------------------

Fonte: Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI), 2022.

Caso seja necessário para atividades presenciais, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional também poderá utilizar as salas de aulas do Bloco B4 (primeiro e segundo andares), as quais são gerenciadas pela Pró-reitoria de Graduação (PRG) e que, em cada semestre, aloca as salas de aulas para as disciplinas dos cursos de graduação da Universidade. Ressalta-se que há uma gestão centralizada na PRG, mas o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, embora disponibilizado na modalidade UAB pelo CEDUC, está alocado no IEPG, como instituto de origem, e, concorre, preferencialmente, com a ocupação das salas desse bloco.

8.2. Gabinetes de Trabalho Docente

Os docentes que participarão como professores-bolsistas do curso de graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional, especificamente aqueles vinculados ao IEPG/UNIFEI têm regime de Dedicção Exclusiva (DE) e possuem gabinetes individuais, com área variando entre 14 m² e 25m², o que vale para a maioria dos institutos da Universidade. Registra-se que no IEPG os gabinetes totalizam 46 unidades, todos situados no bloco B, com uma área total alocada de 892,9m².

Caso ocorra a hipótese de professores-bolsistas trabalharem de forma presencial para as atividades do curso, por meio da UAB/CAPES/MEC, estes serão alocados nas dependências do CEDUC, local que compreende uma infraestrutura adequada para o bom desenvolvimento do curso.

O coordenador do curso fará uso de uma sala localizada no CEDUC para exercer o trabalho de coordenação, reuniões e demais atividades direcionadas ao bom andamento do curso. Importante deixar consignado que as reuniões do colegiado do curso ou do NDE serão realizadas nas salas de reuniões do CEDUC.

Registra-se que além da infraestrutura do IEPG, a Pró-reitoria de Graduação (PRG), a Coordenação de Registro Acadêmico (CRA) e a Diretoria

de Tecnologia da Informação (DTI) da Universidade possuem, cada qual, um espaço de trabalho próprio nas dependências da UNIFEI, estes destinados para a realização dos serviços acadêmicos, com área de 25m² cada.

Cabe registrar que os professores do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal de Itajubá, têm todas as condições para o desenvolvimento de um excelente trabalho de ensino, pesquisa e extensão com os futuros ingressantes do curso de graduação em proposta, bem como promover processos formativos de excelência.

8.3. Espaço de Trabalho Acadêmico (IEPG)

A estrutura de suporte ao trabalho acadêmico conta com doze (12) salas com área total de 265,42 metros quadrados, identificadas no Quadro 2.

QUADRO 2 - ESPAÇO DE TRABALHO ACADÊMICO E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Sala	Descrição
B.1.1.12	Sala de apoio
B.2.1.02	Secretaria acadêmica
B.2.1.03	Cafeteria
B.2.2.06	Arquivo permanente
B.2.2.07	Secretaria administrativa - Setor de TI e Comunicação
B.2.2.07B	Cofre de TI
B.3.2.04	Vice direção
B.3.2.05	Secretaria administrativa – Xerox
B.3.2.06	Diretoria
B.3.2.10	Secretaria administrativa - Setor de Patrimônio e Serviços
B.3.2.11	Secretaria administrativa - Setor de Gestão de Pessoas
B.3.2.12	Secretaria administrativa - Coordenação Geral

Fonte: Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI), 2022.

Também estão disponíveis salas de reuniões específicas para o instituto (Quadro 3).

QUADRO 3 - SALAS DE REUNIÕES DO IPEG

Sala	Capacidade	Infraestrutura
B.2.1.01	8 lugares	Mesa de reunião, cadeiras e ar condicionado
B.2.1.07	20 lugares	Mesa de reunião, cadeiras, ar condicionado, projetor, tela para projeção
B.2.2.02	8 lugares	Mesa de reunião, cadeiras e ar condicionado
B.2.2.09	8 lugares	Mesa de reunião e cadeiras
B.3.2.08	20 lugares	Mesa de reunião, cadeiras, ar condicionado, 1 televisão de 50"
B.3.2.09	8 lugares	Mesa de reunião, cadeiras, ar condicionado, 1 televisão de 52" e 1 televisão de 46" (sala de videoconferência)

Fonte: Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI), 2022.

8.4. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

Os polos credenciados fornecerão todas as condições aos alunos inscritos no curso. Ressalta-se ainda que o CEDUC fornece todas as condições para o desenvolvimento do curso a partir de sua infraestrutura e recursos tecnológicos para modalidades a distância (graduação e pós-graduação *Lato Sensu*), em que possui experiência em formação no regime EaD. Vale ressaltar também que de forma presencial, o aluno terá acesso a equipamentos de informática, a partir de laboratórios equipados com computadores em seus respectivos polos.

No que se refere a UNIFEI, existem vários laboratórios que poderão dar suporte as atividades do curso de graduação, desde simulações até formatação/execução de projetos ou programas específicos de gestão e de desenvolvimento local/regional, conforme listagem no Quadro 4 (LSIA 1, LSIA 2, LFin, LAB NIS, LMIT, LABGO, LogTrans).

Por sua vez, a Biblioteca Mauá (BIM) da Universidade, Campus de Itajubá, oferece à comunidade acadêmica os serviços de pesquisa *online* via

internet e de acesso à RNP/INTERNET, ofertando em espaço próprio computadores com acesso à internet disponível aos alunos.

Enfatiza-se que o acesso à internet também é oferecido no IEPG, por ter uma estrutura de TI (e serviços de TI) estruturado. Além disso, os alunos do curso poderão ter a disposição pontos de consulta do Sistema Acadêmico no campus da universidade, bem como de forma virtual.

8.5. Laboratórios Didáticos especializados

Os laboratórios suportes do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, disponibilizados no IEPG, estão descritos abaixo (Quadro 4).

QUADRO 4 - LABORATÓRIOS DE USO REGULAR

Nome do Laboratório	Sala
Laboratório de Sistemas de Informação (LSIA) 1	B1101
Laboratório de Sistemas de Informação (LSIA) 2	B1103
Laboratório de Empreendedorismo e Inovação (LEMPI)	B1104
Laboratório Tecnologias e Design Social (LTDS)	B3101
Laboratório de Simulação (LSim)	B3227
Laboratório DENARIUS	B3228
Laboratório de Finanças (LFin)	B2105
CoWorking	B1114
<i>Maker Space</i> (FabLab)	B2108
Laboratório PET de Administração	B1107
Laboratório do Mestrado Profissional em Administração (LMPA)	B2203
Laboratório de Negócio e Inovação Socioambiental (LAB NIS)	B2205
Laboratório de Manufatura e Inovação Tecnológica (LMIT)	B3118/B3119
Laboratório de Inovação de Produtos (LIP)	L1413
Laboratório de Gestão de Operações (LABGO)	B3120
Laboratório de Métodos de Aprendizagem Interativa (LMAI)	L1428
Laboratório de Logística, Transporte e Sustentabilidade (LogTrans)	B3136

Informa-se, a título de ilustração, que outros laboratórios do IEPG são disponíveis para os cursos presenciais alocados no Instituto, quais sejam:

QUADRO 5 - OUTROS LABORATÓRIOS DISPONÍVEIS NO IEPG

Nome do Laboratório	Sala
Laboratório de Manufatura e Automação (LMAUT)	L1411
Laboratório do Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade (LDTS)	B2201
Laboratório de Soldagem (LSolda)	L2104, L2105
Laboratório de Metrologia Dimensional (LMD)	L1105, L1107, L1111
Laboratório do PET de Engenharia de Produção	B1108

Ressalta-se, também, a existência de laboratórios em outros institutos onde pesquisas podem ser desenvolvidas por docentes e alunos, caso o curso tenha necessidade, mesmo de forma virtual ou remota.

8.6. Bases Bibliográficas

A Biblioteca Mauá (BIM) da Unifei é uma Fonte de Recursos de Aprendizagem e de Informação, estendendo-se no âmbito da Cultura e Lazer, visando sempre o aprimoramento intelectual de seus usuários. As instalações da Biblioteca traduzem praticidade e conforto, distribuídas em diferentes e amplos espaços: Direção, Secretaria, Processamento Técnico, Acervo de Periódicos, Acervo de Livros, Área de Computadores, Salão de Leitura e Espaço para exposições. Aqui, apresenta-se os dados sobre o acervo da Biblioteca até dezembro de 2018 (quadro 6).

QUADRO 6 - DADOS SOBRE ACERVO DA BIBLIOTECA MAUÁ (ATÉ DEZEMBRO DE 2018)

Descrição	Quantidade Disponível
N.º de Livros (Exemplares)	43.300
N.º de Teses	2.215
N.º de Apostilas	290

N.º de Trabalho de Diploma	388
N.º de multimeios (CDs, DVs)	2.200
Nº de Periódicos (títulos)	700
Catálogos	240
Repositório Institucional (Teses e Dissertações)	1740
Assinatura de livros eletrônicos (PEARSON)	> 4. 500 títulos
Assinatura online das Normas da ABNT	

Fonte: Biblioteca Mauá Unifei (2019)

O aluno inscrito na UNIFEI tem a possibilidade em suas pesquisas de acessar o acervo físico da biblioteca, o que também lhe abre a permissão de forma digital (forma *online* - Disponível em: <http://unifeiitajuba.phlnet.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IscScript=phl82.xis&cipar=phl82.cip&lang=por>). Inclusive, os acessos aos domínios externos conveniados com a UNIFEI são permitidos.

8.6.1. Livros da Bibliografia Básica e Complementar

A biblioteca Mauá conta com acervo suficiente para a condução das disciplinas dos Cursos de graduação da Universidade, tanto da Bibliografia Básica, quanto da Complementar. Além disso, os docentes e discentes da UNIFEI, têm acesso à Biblioteca Virtual. Trata-se de um acervo das mais relevantes obras técnicas, disponíveis para consulta *on-line* (disponível em <http://unifei.bv3.digitalpages.com.br/>).

8.6.2. Periódicos Especializados, Indexados e Correntes

A UNIFEI faz parte do sistema Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) que consiste na disponibilização do Periódico CAPES para todos os alunos. A CAFe é uma rede formada por instituições de ensino e pesquisa brasileiras e, por meio de seu sistema, é possível ter o acesso remoto ao conteúdo do Portal de Periódicos, o que possibilita que o usuário tenha acesso *online* a vários periódicos nacionais e internacionais.

Segundo a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), cada instituição integrante da Federação é responsável por autenticar e enviar informações dos

seus usuários aos provedores de serviço e a CAFé possibilita que cada usuário tenha uma conta única em sua instituição de origem, válida para todos os serviços oferecidos à federação, eliminando a necessidade de múltiplas senhas de acesso e processos de cadastramento.

Esses tipos de federações já funcionam ou estão em fase de implantação em diversos países e, dentro das redes de instituições de ensino, os serviços de ensino a distância e atividades de colaboração estão entre os maiores beneficiários das infraestruturas oferecidas por federações.

Além do acesso aos Periódicos CAPES, relevante conquista da instituição, foi a disponibilidade de acesso de todos os docentes e discentes da UNIFEI, a todas as Normas da ABNT, disponibilizadas apenas para consulta *online*.

9. APOIO AO DISCENTE

A ideia de uma universidade preocupada com as questões da realidade social, em respostas ativas aos problemas do cotidiano, empresarias, comunitários, associativos (dentro outros), por meio de processo formativo com responsabilidade sobre seus alunos, esforço que permeia a lógica institucional da UNIFEI.

Dessa perspectiva, ressalta-se que a universidade, ciente da importância da atenção integral ao discente, reconhece que para uma formação com qualidade é substancial e saudável um efetivo processo de acompanhamento, não considerando somente a dimensão acadêmica, como também dimensões físicas, psicológicas e sociais (Diretoria de Assuntos Estudantis). Esse processo de acompanhamento e apoio ao discente se desdobra em ações de suporte institucional, as quais serão potencializadas no curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

9.1. Apoio Institucional

Espera-se que a Universidade (o CEDUC e os polos conveniados) seja um lugar de convivência e que os alunos possam disponibilizar parte significativa de seu tempo dentro dela e, conseqüentemente, fazendo coisas importantes para o desenvolvimento e transformação do lugar e regional em que vive.

Por se imaginar tratar-se de um público bem diverso, maior será a demanda por um ambiente de acolhimento, troca e receptivo, fortalecendo a construção de valores para uma formação integral e transformadora. Portanto, dentre os desafios que se colocam nos mais diferentes contextos educacionais (formal e informal), tem-se o enfrentamento de problemas dos discentes envolvendo questões sociais, emocionais ou de saúde.

Para atender proativamente a tais questões, faz parte da política institucional e acadêmica da UNIFEI um conjunto de ações de acolhimento, apoio e acompanhamento aos discentes, que vão desde a recepção dos calouros na Universidade (momento em que estes são instruídos acerca de seus direitos e deveres, bem como do acesso às normas institucionais) até a

conclusão do seu processo formativo, o qual será seguido pelo curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

Assim sendo, dentre as políticas institucionais e acadêmicas de apoio e de acompanhamento aos discentes (também aplicada nos polos) se destacam:

- Suportes pedagógicos, psicológicos e sociais;
- Assistência primária à saúde;
- Organização estudantil;
- Acompanhamento dos egressos;
- Incentivos a pesquisa e a participação em eventos;
- Programas de intercâmbio;
- Atuação do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), cujo objetivo é a inclusão do aluno com necessidades Educacionais e Especiais; e o
- Programa de Assistência Estudantil (PAE), se for o caso.

A definição e operacionalização das ações de apoio aos discentes na UNIFEI são atribuições da Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE). Por meio de programas voltados ao atendimento de demandas sociais e pedagógicas dos estudantes, o DAE, identificando e selecionando alunos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visa à promoção de melhores condições de permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso. Essa diretoria atua, inclusive, em parceria com os demais órgãos da UNIFEI e, atualmente, os programas e atividades ofertados todos os apoios disponíveis e aplicáveis no caso das modalidades de EaD, em conjunto com os polos, prefeituras, UAB/CAPES/MEC/CEDUC.

Também existem ações específicas, coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), como o Programa de Recuperação de Desempenho Acadêmico (PRDA) e pela Diretoria de Relações Internacionais da Unifei (DRI), como a mobilidade acadêmica de alunos.

9.2. Apoio do Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional

O curso de Gestão e Desenvolvimento Regional tem origem no IEPG, o qual dará, juntamente com a Universidade, todo apoio e suporte em face de suas políticas institucionais voltadas ao corpo discente. Como exemplo citam-se algumas práticas específicas: (a) apoio da coordenação e dos professores

do curso; (b) apoio e orientação do tutor acadêmico; (c) apoio para o nivelamento da língua estrangeira.

➤ **Apoio da Coordenação e dos Professores do Curso**

A coordenação e os professores que atuarão junto ao curso de Gestão e Desenvolvimento Regional têm o compromisso de prestar apoio e suporte aos discentes dos mais variados períodos, no sendo de esclarecimento de dúvidas no decorrer do processo formativo e de resolução/encaminhamento, quando possível, dos problemas trazidos pelos alunos.

Nesses casos, em específico (resolução/encaminhamento) a coordenação estará atenta para o surgimento de tais problemas e atuará de formação institucional/preventiva auxiliando os alunos para participação de Programas específicos da universidade.

Ressalta-se que no Sistema Acadêmico consta um campo específico com informações de horários de atendimento de cada professor aos discentes, disponibilizados a cada início de semestre. Ademais, a coordenação orientará os alunos do curso no processo de matrícula, na organização e seleção das atividades curriculares e no Programa de Recuperação de Desempenho Acadêmico (PRDA).

➤ **Orientador Acadêmico**

Em alinhamento com os cursos de Engenharia da Produção e de Administração do IEPG, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional, mesmo dentro da modalidade a distância, constituirá a figura do orientador acadêmico, em casos de atividades de extensão e extracurriculares, complementação pedagógica e estágios.

Dentro dessa predisposição, o orientador acadêmico será um professor que compõe no núcleo estruturante do curso de Gestão e Desenvolvimento Regional a ser designado pela coordenação ou eleito pelo coletivo. Para este, cabe se atentar às decisões realizadas pelo(a) aluno(a) e melhor orientá-lo(a) em torno de sua matriz curricular, no qual envolve o suporte e a visão analítica de docentes com experiências em áreas específicas do curso e devidamente preparados para esse tipo de orientação.

➤ **Gestão e Desenvolvimento Regional e Língua Inglesa**

Diante das exigências de internacionalização dos cursos, bem como melhor preparação dos alunos ao mundo contemporâneo, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional incentivará – sempre a partir de sua proposta pedagógica e das políticas institucionais da Universidade – o desenvolvimento de competências e habilidades em língua estrangeira (inglesa ou afins ao curso). Portanto, na busca de uma formação de qualidade e atendida com as tendências do mundo, o curso de Gestão e Desenvolvimento Regional proporá processos de formação em língua estrangeira e, nos dois semestres iniciais do curso, promoverá um conjunto de ações de introdução à língua inglesa para os discentes que queiram iniciar, aprofundar ou estabelecer trocas em língua estrangeira.

10. ESTRUTURA CURRICULAR - DISCIPLINAS DO CURSO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Disciplina: Introdução ao Desenvolvimento

CH: 64

Ementa: A disciplina discute o tema desenvolvimento, em caráter introdutório, com a expectativa de compreender as dinâmicas estabelecidas no debate contemporâneo sobre desenvolvimento, a partir das questões da economia, sociedade e meio ambiente sustentável. Propõe abordar temáticas que abrangem: diferentes concepções sobre desenvolvimento; desenvolvimento para um mundo de sustentabilidade (social, econômico e ambiental); desenvolvimento versus crescimento socioeconômico; Estado e políticas de desenvolvimento; interfaces do desenvolvimento mundial nas esferas local, regional, nacional e global.

Referências:

ARRIGHI, G. A ilusão do desenvolvimento. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

DOWBOR, L. O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo, Edições SESC: São Paulo, 2020.

GRAEBER, D. Dívida: Uma história alternativa da economia. Tradutor Rogério Bettoni. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2023.

NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). Introdução às teorias de desenvolvimento. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

Disciplina: Teoria do Desenvolvimento Regional-I

CH: 64

Ementa: Propõe abrir as discussões e debates sobre o campo de conhecimento do desenvolvimento regional iniciado no Brasil nos anos de 1970. A ênfase, devidamente vinculada às demandas do crescimento econômica, ganha forma na primeira década do século XXI, em que promove um papel central de atuação institucional nas esferas municipais, estaduais e nacional, tendo o Estado um papel central, propulsor e estratégico nas ênfases

da integração e do desenvolvimento das distintas regiões do Brasil. Esta disciplina visa apresentar um desenho da política desenvolvimento a partir do regional e suas repercussões teóricos, conceituais e práticos.

Referências:

A COSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ALVES, Adriana M.; ROCHA NETO, João Mendes. Perspectivas do desenvolvimento regional no Brasil. Revista Política e Planejamento Regional, v. 1, n. 2, p. 311-338, 2014.

CORRÊA, J.; SILVEIRA, R.; KIST, R. Sobre o conceito de desenvolvimento regional: notas para debate. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 15, n. 7 (edição especial), p. 3-15, 2019.

MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Orgs.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

PEREIRA, P. G. Dificuldades de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR): impasses, embates e conflitos. Rio de Janeiro: IPPUR; UFRJ, 2009.

Disciplina: Teoria do Desenvolvimento Regional-II

CH: 64

Ementa: A disciplina teoria do Desenvolvimento Regional II tratará da temática dentro da última década, tendo como ponto de partida o crescente processo de industrialização e de trabalho, em que os municípios de pequeno e médio porte tem que criar estratégias locais e municipais de geração de renda e empregabilidades. Nesse sentido, a abordagem terá como referência a leitura de casos regionais concretos que viabilizam a emergência da formação de quadros profissionais para os enfrentamentos dos problemas políticos, sociais, culturais, simbólicos, ambientais e econômicos circunscritos ao lugar e regiões em processo de desenvolvimento no Brasil.

Referências:

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, M. Espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SOUZA, M. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local?* Imperatriz, MA: Ética, 2016.

PIMENTA, C. A. M; MELLO, A. S. Entre doces, palhas e fibras: experiências de geração de renda em cidades de pequeno portenho sul de Minas Gerais.

Estudos de Sociologia, Recife, v. 1, n. 20, p. 1-18, 2014.

PIMENTA, C.A.M. As “coisas de Minas”: questões sobre desenvolvimento e turismo. In: C.A.M. Pimenta; S.B. Pereira (Orgs.). **Turismo e Desenvolvimento: outros caminhos**. Porto Alegre, RS: CirKula, 2017, p. 153- 180.

Disciplina: Cidadania e Participação Popular

CH: 64

Ementa: A disciplina trabalhará o conceito de cidadania como uma ferramenta que deve ser institucionalizada por meio da participação popular para promoção da defesa, respeito e acesso para seus direitos. Visa refletir sobre a democracia brasileira e de que forma estabelece seus acordos, ajustes e assimilações no interior das disputas estabelecidas pelos atores sociais instituídos ou não. Dessa permissão, entende-se que sem a participação popular não há cidadania e, conseqüentemente, sem cidadania inexistem premissas de vida democrática e convivência humana estável, segura e digna.

Referências:

WOOD, Ellen. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

GADREY, Jean e JANY-CATRICE, Florence (2006), Os novos indicadores de riqueza. Ed. Senac, São Paulo.

AVRITZER, Leonardo & NAVARRO, Zander. (orgs.). A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, R.B. dos. Movimentos sociais urbanos. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GOHN, M. da G. Novas teorias dos movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola. 2008.

Disciplina: Tendências Globais e Políticas Regionais

CH: 64

Ementa: A disciplina traz a proposição de estudar as tendências globais do desenvolvimento e suas implicações sobre as políticas regionais. Parte do pressuposto de que há uma importância significativa de compreensão do ressurgimento das questões circunscritas ao território, à identidade, à história, às redes de relações interpessoais e remotas presentes na atualidade, e suas implicações institucionais, organizacionais das sociedades locais, no sentido de apreensão da tensão do local *versus* global e para a resolução dos problemas conjunturais e estruturais desencadeados no processo de desenvolvimento.

Referências:

- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manoel. Global y local. Madrid: Taurus, 1996.
- HARVEY, David. Espaços da esperança. São Paulo: Loyola, 2004.
- KRUGMAN, Paul et al. A economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.
- VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n.105, p.25-31, jul./dez. 2003.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. Desarrollo, redes e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno. Madrid: Ediciones Pirámide, 1999.

Disciplina: Políticas Culturais, Diversidades e Desenvolvimento

CH: 64

Ementa: A disciplina tem a finalidade trazer um conjunto de informações com a pertinência para a abordagem de temáticas da diversidade, tendo como centralidade cultura e suas interfaces com o desenvolvimento, este intimamente vinculado às questões do regional e do local. Parte de uma perspectiva, crítica, a respeito das exigências de um desenvolvimento plural, sustentável, diverso e integrativo como subsídio aos desafios de sociedades mais justas economicamente, as quais possam promover a geração de uma economia social, solidária, comunitária, inclusiva a partir da cultura, tendo como foco: transversalidade; diversidade; interculturalidade; políticas culturais; território; geração de renda; e, sustentabilidade.

Referências:

ORTIZ, R. Cultura e desenvolvimento. Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/index>>.

PNUD – programa das nações unidas para desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano 2004: liberdade cultural num mundo diversificado. Lisboa: Mensagem, 2005. 286 p.

QUINTANA, I. Políticas culturales en las grandes ciudades. In: BORJA, J. Et al. (org.). *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid: Editorial Sistema, 1990. p. 521-548.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. Teorias e políticas da cultura. Salvador: EDUFBA, 2007. Parte 2, Conformações da cultura contemporânea, p. 140-148.

SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 33, p. 151-165, abr.-jun. 2005.

SUBIRATS, E. A cultura como espetáculo. São Paulo: Nobel, 1989. 157 p.

Disciplina: Governança e Desenvolvimento

CH: 64

Ementa: A disciplina se circunscreve em estabelecer uma compreensão sobre o que venha a ser governança, especificamente no campo do desenvolvimento aplicado às questões da regionalidade, com a predisposição de propor desenhos interdisciplinares e inovadores à articulação entre comunidades, trabalhos coletivos por meio de cooperativas e associações, poder público, empresas, centros de pesquisa, universidades e atores do desenvolvimento local, a partir de critérios, métodos, metodologias e instrumentos de Governança disponíveis nos mecanismos tecnológicos de exercício de cidadania, protagonismo e democracia participativa.

Referências:

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. Gestão social e governança pública: aproximações e (de) limitações teórico-conceituais. *Revista de Ciências da Administração*, v. 17, ed. esp., p. 11-29, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17nespp11/pdf_70>.

ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. Governança corporativa: um modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

AMATO, J., NETO (2009). Gestão de Sistemas Locais de Produção e Inovação. São Paulo: Atlas.

RONCONI, L. (2011). Governança pública: um desafio à democracia. Emancipação. Ponta Grossa, 11(1), 21-34.

DOWBOR, LADISLAU. Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros. Revista Pesquisa & Debate. São Paulo. Vol. 27. Número 2 (50). Dez 2016. 12-46.

<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/31350/21850>

Disciplina: Economia Política do Desenvolvimento no Brasil

CH: 64

Ementa: A disciplina tem como pano de fundo fomentar o debate sobre as diferentes fases e posturas da política economia do Brasil, suas correlações com os percursos do desenvolvimento da sociedade e como estas reverberam e configuram os inúmeros interesses em disputa. Propõe um entendimento da estruturação da política institucional em diferentes tempos, sem perder de horizonte as dimensões internas e externas sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro, no sentido de estabelecer uma linha de raciocínio político, lógico, capaz de viabilizar, de forma crítica, diferentes processos das transformações socioprodutivas operadas no país.

Referências:

AGARWALA, A.N. A economia do subdesenvolvimento. São Paulo: Forense, 1989.

DOWBOR, Ladislau. Formação do capitalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Brasília: Ipea, 2010.

JONES, C.I. Introdução à teoria do crescimento econômico. São Paulo: Editora Campus, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo. Cortez Editora, 2001.

TAVARES, M.C. Da substituição de importação ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Disciplina: Metodologia de Pesquisa

CH: 64

Ementa: A disciplina Metodologia da Pesquisa tem a pretensão de estimular os alunos do curso, com a mediação de um conjunto de instrumentos, estratégias e ferramentas de pesquisa, para que busquem respostas às suas indagações, respaldadas e sistematizadas em procedimentos metodológicos científicos. Por este caminho, a disciplina apresenta o arcabouço teórico-conceitual sobre métodos quantitativos e qualitativos em pesquisas interdisciplinares aplicáveis no campo de conhecimento da gestão e desenvolvimento regional.

Referências:

BIANCHETTI, Lucídio e MACHADO, Ana Maria N. (orgs.). A bússola do escrever. Desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Santa Catarina: Editora da UFSC/São Paulo:Cortez, 2002.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de Pesquisa: uma introdução. São Paulo: Educ,2002.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo:Pólis, 1987.

GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Disciplina: Políticas de Segurança Regional

CH: 64

Ementa: Trata-se de discutir o papel da gestão da segurança de caráter público, integrado, inteligente e comunitário, em termos de regionalização dos atores públicos e privados, nas esferas municipal, regional, estadual e nacional, a considerar diferentes processos de implementação de modelos de segurança pública, no sentido de elaborar projetos de gestão regional de um sistema de proteção social, consistente, mais ágil, seguro e efetivo, dentro do desafio do desenvolvimento regional em minimizar os efeitos e consequências das distintas formas de violência.

DIAS, Antônio Francisco Lopes; MIRANDA, José da Cruz Bispo de. (Org.). Educação, Violência e Formação policial. Curitiba, PR: CRV, 2012.

ESPANHOL, Joanita Araújo; NGELO, Michelly Ramos de. Segurança Pública: a população no planejamento urbano. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 15, n. 2, p. 74-95, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1250>

MARIMON, Saulo. "Aluno, descomandar; aprendei a obedecer". O magistério das Ciências Sociais e a formação policial: uma análise sobre a Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (ACADEPOL/RS) entre 1999 e 2020. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 269–319, 2023. DOI: 10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1518.

PIMENTA, C. A. M. Violência e Racismo: reflexões sobre a moral presente na ação da polícia. In: Antônio Francisco Lopes Dias; José da Cruz Bispo de Miranda. (Org.). Educação, Violência e Formação policial. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2012, v. 1, p. 101-115.

SHARF, Edson Roberto; SORIANO-SIERRA, Eduardo Juan. A administração pública e a decisão de compra técnica de performance: um estudo no setor de segurança pública. *Gestão & Regionalidade*, [S. l.], v. 22, n. 64, 2009. DOI: 10.13037/gr. vol. 22 n. 64. 55. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/55. Acesso em: 27 fev. 2024.

Disciplina: Turismo e Desenvolvimento Regional

CH: 64

Ementa: A disciplina tem a pretensão de refletir sobre a formação de quadros profissionais (agentes do desenvolvimento, público e privado) que compreendam a importância do turismo (comunitário, criativo, convencional e outros) como um vetor potente ao desenvolvimento regional, o que implica em pensar, elaborar, planejar, executar e avaliar o papel da gestão pública no fomento de políticas de desenvolvimento por meio do turismo, em escala estadual, regional, municipal, comunitária.

Referências:

ALFA DJAU, Mamadu; ROLDAN, Vivianne Pereira Salas; CABRAL, Augusto César de Aquino; SANTOS, Sandra Maria dos; PESSOA, Maria Naiula Monteiro; MELO, Francisco Vicente Sales; MELO, Sonia Rebouças da Silva.

Artesanato de Renda de Bilro e Desenvolvimento Local: uma análise do Processo de institucionalização da atividade no Município de Aquiraz, Ceará, Brasil. DELOS, Chapingo, v. 5, n. 15, p. 1-22, 2012.

GOODWIN, H. Tourism, Local Economic Development, and poverty reduction. Applied Research in Economic Development, v. 5, n. 3, p. 55-64, 2008.

LIMA, F.; SILVA, Y. Project Querença` and creative tourism: visibility and local developmen tof a village in the rural Algarve. e-Review of Tourism Research (eRTR), v. 14, n. 1-2, p. 21-35, 2017. NUNES, S.; SOUSA, V. Recursos Perfeitos, Turismo e Singularidades Territoriais: Contributos para o Desenvolvimento de uma Linha de Turismo Científico na Golegã. Revista Portuguesa de Estudos Regionais, n. 50, p. 27-47, 2019

PIMENTA, C. A. M., REMOALDO, P. C., RIBEIRO, J. C., & PEREIRA, S. B. (2022). Desenvolvimento, Economia e Turismo: Diálogos entre o Sul de Minas Gerais (Brasil) e o Minho (Portugal). *Gestão & Regionalidade*, 38(115). <https://doi.org/10.13037/gr.vol38n115.7422>

REMOALDO, Paula; MATOS, Olga; FREITAS, Isabel; GÔJA, Ricardo; ARAÚJO, Juliana; RIBEIRO, Vitor; PEREIRA, Miguel; XAVIER, Carla. An international overview of practices in creative tourism in rural and urban territories. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, v. 20, n. 10, p. 1-29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/1096348020950792>

Disciplina: Introdução ao Pensamento Social Brasileiro

CH: 32

Ementa: Contribuições teóricas das Ciências Sociais no Brasil. História da Sociologia Brasileira: o ensino de sociologia, suas fases e os ensaístas, realismo literário e sociologia, as Ciências Sociais e as apresentações do Brasil. Sociologia crítica: o negro na sociedade de classes, subdesenvolvimento e dependência. A formação do povo brasileiro.

Referências:

FERNANDES, Florestan. Prefácio. VASCONCELOS, Gilberto. Ideologia curupira. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Recife: Global, 2003.

PRADO Jr., Caio. 2011. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras. PRADO, Paulo. 2012. Retratos do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil. – 1ª ed. 1995 – 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHULER, Fernando; AXT, Gunter (org). Intérpretes do Brasil. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2004

Disciplina: Economia Política do Desenvolvimento No Brasil

CH: 64

Ementa: Proporcionar uma visão ampla da discussão sobre economia e desenvolvimento, permitindo a percepção de sua complexidade e o contato com as principais teorias sobre o fenômeno. **Objetivos Específicos:** Trabalhar questões relativas à origem, evolução e conceituação do fenômeno desenvolvimento; construir as ideias conceituais e discutir criticamente as questões relativas ao desenvolvimento econômico e humano e seus impactos ambientais; compreender e analisar criticamente as principais teorias sobre desenvolvimento, incluindo o pensamento cepalino.

Referências:

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. Por que as nações fracassam: as origens da riqueza, da prosperidade e da pobreza. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

JONES, Charles I. Introdução à teoria do crescimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

RODRIK, Dani. Políticas de diversificação econômica. Revista de la Cepal, 2010.

SACHS, I. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados, v.18, n. 51, p. 7-22, 2004.

SOUZA, N. J. de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas. 2004.

STIGLITZ, J. O preço da desigualdade. Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

Disciplina: Ciência, Tecnologias e Sociedade**CH: 64**

Ementa: Tecnologias Alternativas. Movimentos socioambientais e Ciência e Tecnologia. Sócio diversidade, biodiversidade e Ciência e Tecnologia. Educação em CTS. Analisar crítica e interdisciplinarmente a Ciência e a Tecnologia entendendo-a como construção social bem como seus impactos ambientais. Compreender e analisar os principais debates da problemática ambiental para C&T. Compreender as relações entre Ensino de Ciências, Educação Ambiental e construção de C&T. Advento do campo da CTS (Ciência, Tecnologia, Sociedade).

Referências:

DAGNINO, R. Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico. Um Debate sobre a Tecnociência. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, Renato & HERNAN, Thomas (org). Ciência, Tecnologia e Sociedade - Uma Reflexão Latino-Americana. Editora Cabral, São Paulo, 2003. GERMANO, Marcelo Gomes. Uma nova ciência para um novo senso comum. . EDUEPB. 2011

LATOURETTE, Bruno. Cogitamus. Editora 34. 2016

NEDER, Ricardo (org.). CTS ciência, tecnologia e sociedade: e a produção de conhecimento na universidade. Escola de Altos Estudos, caderno primeira versão. Serie 1. Construção social da Tecnologia. UNB/CAPES. 2013

REZENDE, Sergio Machado. Momentos da Ciência e Tecnologia no Brasil. Uma caminhada de 40 anos pela C&T. Editora Vieira & Lente, 2010.

Disciplina: Ciência Política e Desenvolvimento**CH: 64**

Ementa: Desenvolvimento e correntes da teoria democrática no século XX: democracia direta versus democracia representativa; "elitismo democrático"; "pluralismo"; liberalismo; A relação entre e Ciência Política E desenvolvimento na teoria democrática. Contexto e concepção da geopolítica contemporânea: participação de vários atores, reestruturação econômica e revolução científico-tecnológica. Revisão dos conceitos-chave da geopolítica – Estado, poder, atores, território.

Referências:

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GABRIELE, Alberto e JABOUR, Elias. China: o Socialismo do Século XXI. São Paulo–SP: Boitempo, 2021. 314p.

LECHNER, Norbert. Os desafios políticos das mudanças culturais sob a democracia. Lua Nova, São Paulo, 2004, p. 3-22.

MAZZUCATO, Mariana O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado / Mariana Mazzucato; tradução Elvira Serapicos. — 1ª ed. — São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

SOLA, Lourdes. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In: PEREIRA, Bresser, WILHEIM, Jorge, SOLA, Lourdes (Orgs). Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp/Brasília: ENAP, 1999, 23-66.

Disciplina: Introdução à Ensino a Distância**CH: 16**

Ementa: A modalidade de Ensino a Distância: histórico, características, definições, regulamentações. O Ensino a Distância no Brasil. A Mediação pedagógica na modalidade Ensino a Distância. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Ensino a distância e as tecnologias de informação e comunicação. Aprendizagem e construção do conhecimento na educação a distância. Ambiente virtual de aprendizagem no processo de ensinar e aprender.

Referências:

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. Campinas: Autores Associados, 2001.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAVELUCCI, Lia. Estilos de aprendizagem: em busca das diferenças individuais. Disponível em . Acesso: 20 ago. 2004.

GATES, Bill. A estrada do futuro. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. 347 p.

KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância. São Paulo: Thomson Pioneira, 2007. MORAN, José Manuel. O que é educação a distância. Disponível em: . Acesso em: ago. 2007.

QUARTIERO, Elisa Maria; CATAPAN, Araci Hack; GOMES, Nilza Godoy; CERNY, Roseli Zen. Introdução à Educação à Distância. Florianópolis: UFSC/EAD/CED/CFM, 2005.

Disciplina: Filosofia e Ética

CH: 32

Ementa: Fundamentos filosóficos. Tendências filosóficas. Importância da filosofia da ciência. Visão histórica da ciência. Ciência e técnica. Epistemologia. Visão natural do conhecimento. Política, moral. Lógica, objetividade dos valores. Conceituação de ética profissional. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Ética geral: origem da ética como saber organizado. Fundamentos da Ética: valores e normas. A ética e o movimento dos costumes. Ética e ciência. Ética, moral e sociedade. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Ética profissional: a divisão dos saberes e as normas das profissões. Normatização do agir profissional. Ideologia da profissão: dimensão pessoal e profissional. A Ética Profissional: saber, o poder e a liberdade. Noções sobre profissão, vocação, trabalho, leis que regulam o exercício legal da profissão Código de ética. Conduta profissional. Orientação ética do profissional. Ética na Administração. Ética da administração da empresa e do gerente (ética, moral, valores e qualidade).

Referências:

ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BLANCHARD, K. O poder da Administração Ética. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

COMPARATO, Fábio. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STUKART, Herbert Lowe. Ética e corrupção. São Paulo: Nobel, 2003.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2002.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, John; FERRELL, Linda. Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed. 2001.

Disciplinas: Gestão de Políticas Públicas para Desenvolvimento Regional

CH: 64

Ementa: Políticas de desenvolvimento regional. Planos e programas de A integração de desenvolvimento regional. Planejamento Regional e Relações Intergovernamentais. Desenvolvimento regional internacional – globalização. O planejamento do desenvolvimento regional

Referências:

BOISIER, Sergio. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: Entre A Caixa-Preta e o Projeto Político. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Nº 13, jun/1996.

BRANDÃO, Carlos Antônio. (Org.). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BRANDÃO, Carlos. Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. 186 Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

BRASIL. Decreto n. 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: Imprensa Oficial, 2007.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de, FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha & ROCHA, Carlos Alberto de Vasconcelos. Cooperação Inter-Organizacional e Resiliência das Instituições: notas sobre a intersectorialidade na gestão das políticas públicas. Pensar BH. Política Social, Belo Horizonte, n. 15. p. 5, Abr./Jun. 2006.

FIANI, Ronaldo. Arranjos Institucionais e Desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. Texto para Discussão IPEA, 2012

GOMIDE, Alexandre. Ávila; PIRES, Roberto R. C. Arranjos Institucionais de Políticas Críticas para o Desenvolvimento: nota de pesquisa. Boletim de Análise Político-Institucional do Ipea, V. 3, 2013.

KARAM, Ricardo S. A. Economia Política do Desenvolvimento Territorial: uma análise da diversidade institucional na agenda brasileira. 2012. Tese de

Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, IE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

SAQUET, M. S. (Org.). Estudos Territoriais na Ciência Geográfica. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SOARES, L. A. A. O Enfoque sociológico e da Teoria Econômica do Ordenamento Territorial. In: ALMEIDA, F. G. de; SOARES, L. A. A. (Orgs.). Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. (p.61-84).

Disciplina: Gestão do Território Urbano

CH: 64

Ementa: Conceitos e teorias de espaço urbano. Processo de urbanização no Brasil. Políticas de gestão de espaços urbanos no Brasil. Instrumentos de gestão de espaços urbanos no Brasil. Gestão de cidades.

Referências:

CORREA, Roberto Lobato. O espaço Urbano. São Paulo. Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 2009.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, José. A. Direito urbanístico brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbano. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2001.

REIS, Ana Beatriz O. A dinâmica do direito à cidade em Juiz de Fora. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. SOUZA, Marcelo. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

Disciplina: Teoria da Gestão I

CH: 64

Ementa: Introdução à noção conceitual de Administração; Introdução ao estudo das organizações; Introdução ao conceito de Teoria Organizacional e Prática Organizacional; Administração Científica (Taylorismo); Produção em massa (Fordismo); Teoria Clássica (Fayolismo); Abordagem das Relações

Humanas; Abordagem Comportamental; Abordagem Burocrática; Abordagem Sistêmica e Abordagem Contingencial.

Referências:

- DAFT, R. Administração. São Paulo: Pioneira Cengage Learning, 2010. 581 p.
- MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Editora Atlas, 2000, 2a. Edição.
- SILVA, R. O. Teorias da Administração. São Paulo, Editora Pioneira, 2002.
- MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. Teoria Geral da Administração. 3A. Edição. São Paulo: CENCAGE, 2006.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2007.421 p.

Disciplina: Teoria da Gestão II

CH: 64

Ementa: Temas emergentes em Administração; Perspectivas teóricas contemporâneas; Racionalidade nas organizações; Institucionalismo; Cultura Organizacional; Poder nas organizações; Perspectiva pós-moderna e crítica; Gênero e diversidade no trabalho; Sexualidade nas organizações.

Referências:

- CLEGG, S. HARDY, C. e NORD, W. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.
- CHANLAT, J. F. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. (Vol. I e II)
- GUERREIRO RAMOS, A. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro, FGV, 2a ed., 1989.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina: Microeconomia

CH: 64

Ementa: Introdução à Teoria Econômica; Equilíbrio de mercado; Teoria do consumidor; Curvas de demanda e diferentes tipos de bens; Externalidades, Bens Públicos, Imperfeições de Mercado, Bem Estar e Meio Ambiente; Teoria da Produção; Custos e a Maximização dos Lucros; Mercado de Concorrência Perfeita; Mercado de Monopólio; Mercado de Oligopólio; Teoria dos Jogos;

Mercado de Concorrência Monopolística; Impostos; Economia Comportamental; Regulação, defesa da concorrência e organização industrial.

Referências:

BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

ROSSETTI, J. P. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: princípios básicos, 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Disciplina: Desenvolvimento e Sustentabilidade

CH: 64

Ementa: Definição de conceitos relacionados a desenvolvimento e sustentabilidade. Teorias do desenvolvimento. Desenvolvimento econômico brasileiro. Desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento local e regional. Indicadores de desenvolvimento sustentável.

Referências:

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Z. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2 Edição, Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 2012.

CALDEIRA, J.; SEKULA, J.M.; SCHABIB, L. Brasil paraíso restaurável. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

DOWBOR, L. A Era do Capitalismo Improdutivo; Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

DOWBOR, L. O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. 196p.

GIANSANTI, R. O desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atual, 1998.

LEONARD, A. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MANZINI, E. & VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-USP, 2011.

Disciplina: Macroeconomia e Desenvolvimento Regional**CH: 64**

Ementa: Fundamentos da Macroeconomia Aplicada ao Desenvolvimento Regional; Contabilidade Social; Nível de Atividade; Mercado de Trabalho; Taxa de Inflação; Política Fiscal; Política Monetária; Setor Externo.

Referências:

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Pearson & Prentice Hall, 2007;

LOPES, L. M., VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Nível Intermediário, 1. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SACHS, D. J., LARRAIN, F. B. Macroeconomia, 2. ed. São Paulo: Pearson & Makron Books, 2000;

Disciplina: Estatística e Probabilidade**CH: 64**

Ementa: Conceitos e definições estatísticas e probabilidade; Estatística Descritiva, Probabilidade e Distribuição de Probabilidade, Intervalo de Confiança, Introdução ao Teste da Hipótese, Correlação e Regressão.

Referências:

BONAFINI, Fernanda César (org.). Estatística. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

BONORA JÚNIOR, Dorival. Estatística básica. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2004. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina: Estatística Aplicada**CH: 64**

Ementa: Conceitos e definições estatísticas; análise multivariada, modelos de regressão, inferência estatística avançada e aplicação em gestão de negócios.

Referências:

BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013. 416 p.

LARSON, Roland Edwin; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2010. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

NEUFELD, J. L. Estatística aplicada à administração usando Excel. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2003. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

SILVA, Rodolfo dos Santos. Estatística aplicada. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br> .

Disciplina: Mapeamento de Processos

CH: 32

Ementa: O contexto do mapeamento de processos de negócio dentro do BPM (Business Process Management); Mapeamento da lógica do processo através da técnica SIPOC; Mapeamento da lógica do processo através da técnica BPMN; Mapeamento da lógica do processo através da técnica IDEF-SIM.

Referências:

BALDAM, R.; VALLE, R.; ROZENFELD, H. Gerenciamento de Processos de negócio BPM, uma referência para implantação prática. 1. ed., Rio de Janeiro: - CAVALCANTI, R. Modelagem de Processos de Negócios: roteiro para realização de projetos de modelagem de processos de negócios. Editora Brasport, 2017.

CAMPOS, A. L. N. Modelagem de Processos com BPMN. 2º edição, Brasport, 2014.

DUMAS, M.; LA ROSA, M; MENDLING, J; REIJERS, H.A. Fundamentals of Business Process Management. Springer, 2 .ed., 2018.

Disciplina: Empreendedorismo e Inovação

CH:64

Ementa: Conceitos básicos de empreendedorismo; Características Empreendedoras; Criatividade; Inovação e Detecção de oportunidades; Gestão da Inovação e sustentabilidade. Políticas Públicas para o empreendedorismo e inovação. Análise de cenários e potencialidades do empreendedorismo e inovação para o desenvolvimento regional.

Referências:

- BESSANT, J. & TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- LEITE, E. O fenômeno do empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MEIRA, S. L. Novos negócios inovadores de crescimento empreendedor no Brasil, Rio de Janeiro: casa da Palavra, 2013.
- OECH, R.V., UM “TOC” NA CUCA, Livraria Cultura, São Paulo, 1995.
- OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: Inovação Em Modelos De Negócios – um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.
- PORTO, G. (Org.) Gestão da Inovação e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Disciplina: Associativismo e Cooperativismo

CH:64

Ementa: Os conceitos básicos de Associativismo e Cooperativismo. O papel do associativismo e cooperativismo no desenvolvimento regional. Os princípios do associativismo e cooperativismo. Os objetivos, benefícios e deveres do associativismo e cooperativismo. Como organizar uma associação e uma cooperativa. O desenvolvimento da cultura associativista e cooperativista na sociedade.

Referências:

- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Economia e gestão de organizações cooperativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CRUZIO, H. O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SENAR. Organizações coletivas no meio rural: Associativismo e Cooperativismo. Brasília-DF: SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural), 2019.

SENNETT, R. Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2011.

WICKERT, S. Associativismo. Porto alegre: Emater/RS-ASCAR, 2004.

Disciplina: Gestão do Orçamento e Custo no Setor Público

CH:64

Ementa: Conceito tradicional e moderno do orçamento governamental. O plano plurianual e a integração do planejamento, do orçamento e da gestão. Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Organização da lei orçamentária anual. Limitações da política orçamentária: rigidez orçamentária. Incrementalismo orçamentário. Fase legislativa. Programação financeira e cronograma mensal dos desembolsos. Contingenciamentos. Estágios da despesa. Créditos adicionais. Encerramento do exercício.

Referências:

ABREU, W. M. de & GUIMARÃES, D. R. Gestão do Orçamento Público — Brasília: ENAP, 2014.

GIACOMONI, J. Orçamento público. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, J., PAGNUSSAT, J. L. (Org.) Planejamento e orçamento governamental. Coletânea – volumes 1 e 2. Brasília: ENAP, 2006

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, J. M. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Meio Ambiente e Biodiversidade

CH: 64

Ementa: Sociedade e meio ambiente. Relações sociedade-natureza. Ética e meio ambiente. Qualidade de vida. A questão energética. Os serviços ambientais dos ecossistemas. Ameaças a biodiversidade. Riscos ambientais e mudanças climáticas. Direitos humanos e meio ambiente. Diversidade cultural e etnoracial.

Referências:

- ALBUQUERQUE, J. de L. (Org.). Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009
- BRANCO, S. M. O meio ambiente em debate. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2004
- CALDEIRA, J.; SEKULA, J.M.; SCHABIB, L. Brasil paraíso restaurável. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.
- GOLDEMBERG, J. & LUCON, O. Energia, meio ambiente & desenvolvimento. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- LEONARD, A. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- MANZINI, E. & VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-USP, 2011.
- TORRES, H.; COSTA, H. (Orgs.) População e meio ambiente: debates e desafios. 2. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.
- TRIGUEIRO, A.; SILVA, M. (Orgs.). Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

Disciplina: Empreendedorismo e Sustentabilidade

CH: 64

Ementa: Introdução aos conceitos básicos de sustentabilidade; O empreendedorismo socioambiental; Busca de informações das falhas de mercado; Consumo consciente; Tecnologias sustentáveis; Indicadores e métricas de negócio socioambiental.

Referências:

- ALBUQUERQUE, J. de L. (Org.). Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.
- BOFF, L. Sustentabilidade: O que é – O que não é. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.
- DOWBOR, L. A Era do Capitalismo Improdutivo; Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.
- DOWBOR, L. O Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020. 196p.
- LEONARD, A. A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MANZINI, E. & VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-USP, 2011.

PRAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

TERCEK, M. R. & ADAMS, J. Capital Natural. São Paulo: Alaúde Editorial, 2014.

Disciplina: Economia Solidária e Desenvolvimento

CH: 64

Ementa: Teoria de Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário; Economia Solidária e seu marco regulatório; Políticas Públicas de Economia Solidária; Os movimentos e redes de economia solidária; Os empreendimentos cooperativos de economia solidária e a autogestão; Comercialização/comércio justo; Crédito e finanças solidárias; Rede de Tecnologia Social; Gênero e Trabalho; Educação Popular.

Referências:

ARROYO, J. C. T. & SCHUCH, F. C. Economia popular e solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARBOSA, R. N. de C. A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

DEMO, P. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo: Cortez Editora / Instituto Paulo Freire, 2002.

LIANZA, S. e ADDOR, F. (Orgs.). Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

NASCIMENTO, M. de F. de M. & MENDOZA (Orgs.). José Brendan MacDonald: Pensamentos contidos e revolucionários em economias solidárias. João Pessoa-PB: Editora do CCTA, UFBA, 2015.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo, 2002. Fundação Perseu Abramo.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

Disciplina: Economia Criativa e Desenvolvimento Regional

CH: 64

Ementa: Conceitos sobre Economia Criativa e Desenvolvimento; Políticas de desenvolvimento da arte e cultura, sistemas de incentivo à cultura e empreendedorismo criativo; O papel da economia criativa na geração de emprego, trabalho e renda; Inovação na economia criativa e as estratégias de desenvolvimento.

Referências:

COSTA, E. & AGUSTINI, G. (Orgs.) *De baixo para cima*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014. 354 p.

FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. L&PM editores, 2011.

REIS, A. C. F. de & MARCO, K. (Orgs.). *Economia da cultura: ideias e vivências*. Rio de Janeiro: Publit, 2009

REIS, A. C. F. de (Org.). *Cidades criativas: soluções inventivas : o papel da copa, das olimpíadas e dos museus internacionais - São Paulo : Garimpo de Soluções; Recife : FUNDARPE, 2010.*

REIS, A. C. F. de & KAGEYAMA, P (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas - São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.*

Disciplina: Desenvolvimento Rural Sustentável

CH: 64

Ementa: Introdução a história da agricultura. Fundamentos de sociologia rural. Agricultura familiar. Segurança Alimentar. Pluriatividade e empregos rurais não agrícolas. A construção social de uma nova agricultura: movimentos sociais rurais e ambientalismo. Desenvolvimento e Sustentabilidade. Participação e políticas públicas de desenvolvimento rural. Capital social e economia de proximidade. Circuitos curtos de produção e consumo. Desenvolvimento territorial rural.

Referências:

ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

ESTUDOS AVANÇADOS. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. IEA. DOSSIÊ DESENVOLVIMENTO RURAL. Volume 15. Número 43, Set/Dez 2001.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

WILKINSON, J. Mercados, Redes e Valores: O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2008.

Disciplina: Empreendedorismo e Negócios de Impacto Socioambientais

CH: 64

Ementa: Teoria da Mudança; Modelo C; Criação de negócios com impacto social e/ou ambiental; Análise e Avaliação de negócios com impacto social e/ou ambiental.

Referências:

BARKI, E.; IZZO, D.; TORRES, H. de G.; AGUIAR, L. Negócios com impacto social no Brasil. Editora Peirópolis, 2017, 256p .

DOLABELLA, F. & GORINI, M. Empreendedorismo na base da pirâmide. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

RUFIN, C. Criando negócios na base da pirâmide: Oportunidade para empreender em mercados inexplorados. São Paulo: Empreende, 2017.

SANTANA, A. L. J. de M. de; SOUZA, L. M. de. (Orgs.). Empreendimentos com foco em negócios sociais. Curitiba: NTS UFPR, 2015.

PRAHALAD, C. K. A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, M. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 2000.

Disciplina: Gestão De Projetos Para Desenvolvimento Regional

CH: 64

Ementa: Introdução ao Gerenciamento de Projetos; Gerenciamento do Escopo e da Qualidade; Construindo e integrando o fator humano ao projeto; Gerenciamento do Tempo; Gerenciamento dos Recursos; Gerenciamento dos Riscos; Controle do Projeto; Gestão de Programas e Portfólios; Introdução ao Gerenciamento Ágil de Projetos. A gestão de projetos para o desenvolvimento de políticas públicas.

Referências:

BREMER, C.; CARRASCO, G.; GEROLANO, M. C.; CARPES, N. P. Z. Gestão de projetos: uma jornada empreendedora da prática à teoria. São Paulo: Atlas, 2017.

CASAROTTO FILHO, N. Elaboração de projetos empresariais. São Paulo: Atlas, 2010.

HELDMAN, Kim. Gerência de Projetos: Fundamentos. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 3a ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

Disciplina: Gestão Ambiental: Política e Projetos

CH: 64

Ementa: A evolução do conceito de sustentabilidade e suas implicações para a regulação das atividades econômicas de exploração de recursos naturais, com foco em energia e mineração. Gestão e governança sustentáveis das empresas e instituições nesses setores. Papel da inovação como vetor de desenvolvimento sustentável na exploração de recursos naturais.

Referências:

ALBUQUERQUE, J. de L. (Org.). Gestão Ambiental e responsabilidade social: conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Atlas, 2009.

ANDRADE, R. O. B. de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

BOFF, L. Sustentabilidade: O que é – O que não é. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

MANZINI, E. & VEZZOLI, C. O desenvolvimento de produtos sustentáveis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-USP, 2011.

PHILIPPI JR, A. BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Editora Manole,. 2004.

MONTIBELLER, F. G. Empresas, Desenvolvimento e Ambiente - Diagnóstico e Diretrizes de Sustentabilidade. São Paulo: Editora Manole. 2005.

STRUCHEL, A. C. de O.; MENEZES, R. Gestão ambiental para cidades sustentáveis. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina: Empreendedorismo Regional

CH: 64

Ementa: Conceitos básicos de desenvolvimento e territórios; arranjos socioprodutivos, redes e o meio empreendedor; oportunidades no empreendedorismo regional, criação de negócios locais e desenvolvimento regional, avaliação final das propostas de negócios locais.

Referências:

COSTA, E. J. M. Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2010.

DOWBOR, L. & MARTINS, L. A. de T. P. (orgs.). A comunidade inteligente. São Paulo, Instituto Polis, 2000.

PAULA, J. de. Desenvolvimento Local: Textos Selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008.

SILVA, A. & PASIN, L.E.V. Interações sinérgicas, spillovers de conhecimento e performance empresarial. Rio de Janeiro: Alta books, 2021.

JULIEN, P. A. Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável**CH: 64**

Ementa: A disciplina tem o intuito de apresentar conceitos importantes de desenvolvimento que se relacionam com transportes sustentáveis, tratando questões como Problemas de Transportes e Sociedade, Política Nacional de Mobilidade Urbana e Impactos causados à sociedade. Abordam-se ainda as diretrizes do Desenvolvimento orientado ao transporte sustentável, conceitos de ruas completas, centralidades e uso misto, fachadas ativas, cidades inteligentes e mobilidade sustentável.

Referências:

Brasil. 2007. Ministério das Cidades. PlanMob: construindo a cidade sustentável. Caderno de Referências para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana. Brasília: Ministério das Cidades. 2007.

Brasil. 2012. Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012. Lei de Mobilidade Urbana. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm Acesso em junho de 2016.

ITDP – Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento. (2017). The TOD standart. <https://www.itdp.org/tod-standard/>

WRI World Resources Institute Brasil. DOTS nos Planos diretores - Guia para inclusão do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável no planejamento urbano. 2018. 1ªEd. <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/dots-nos-planos-diretores>.

WRI World Resources Institute Brasil. Por Santos, P. Samior, A. Batista, B. Ruas completas – promovendo uma mudança de paradigma. 2021. <https://doi.org/10.46830/wriipt.19.00106>.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – por Vasconcellos, E. A. Carvalho, C. H.R.; Pereira, R.H.M.. **Transporte e mobilidade urbana**. Brasília, DF: CEPAL. IPEA, 2011.

TURBAY, André Luiz Braga. Cidades contemporâneas e mobilidade: conceitos e ferramentas para o planejamento. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

Disciplina: Gestão Integrada de Cidades Inteligentes

CH: 64

Ementa: São apresentados os conceitos referentes a cidades inteligentes. Tecnologias (tecnologia da informação, internet , smart grid e internet das coisas); Mobilidade (tráfego de veículos, transporte público); Utilidades (energia, iluminação, gás, água, esgoto ,lixo); Saúde (vigilância sanitária, saúde pública e serviços médicos); Serviços à população vigilância e segurança (aspectos de privacidade versus riscos); Gestão integrada de cidades inteligentes, Estudo de casos.

Referências:

DZIURA, Giselle Luzia. Cidades inteligentes, humanas e sustentáveis. Curitiba, PR: Contentus, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

MENDES, José Fernando Gomes. O futuro das cidades. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

REZENDE, Denis Alcides. Cidade digital estratégica além da smart city: guia para projetos de cidades inteligentes. Curitiba: Intersaberes, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Cidades inteligentes e a função socioambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina: Elaboração de Projetos – Eixo de Extensão

CH: 96

Ementa: História da Universidade Brasileira: Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária. Concepções e tendências da extensão universitária. Legislação da extensão universitária. Procedimentos metodológicos, didáticos e técnico-científicos. Etapas para a elaboração de atividades e projetos de extensão universitária. Construção de projetos de extensão. Potencialidades da extensão na educação a distância e presencial.

Referências:

- CONTADOR, C.R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.
- KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3ed. São Paulo: Global, 2004.
- MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- NOGUEIRA, M.D.P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- SOUZA, A.L.L. A história da Extensão Universitária. Campinas-SP: Editora Alinea, 2000.

Disciplina: Técnicas de Planejamento – Eixo de Extensão

CH: 96

Ementa: Análise de demandas. Diagnóstico institucional. Impacto ambiental, externalidades, custos e benefícios. Métodos de avaliação: monitoramento, tipos de avaliação, formas de avaliação. Formas de captação de recursos: fundos, incentivos fiscais, instituições públicas e privadas de apoio a desenvolvimento de projetos públicos. Contratos, convênios e subvenções de governo, doações de diversas fontes. Estrutura de projetos para captação de recursos.

Referências:

- BREMER, C.; CARRASCO, G.; GEROLANO, M. C.; CARPES, N. P. Z. Gestão de projetos: uma jornada empreendedora da prática à teoria. São Paulo: Atlas, 2017.

CONTADOR, C.R. Projetos Sociais: avaliação e prática. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7ª Ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1983.

KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3ed. São Paulo: Global, 2004.

MINAYO, M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 25. ed. Revista e atualizada. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, M.D.P. Políticas de Extensão Universitária Brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SOUZA, A.L.L. A história da Extensão Universitária. Campinas-SP: Editora Alinea, 2000.

11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades Complementares, conforme RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021 são componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando. Tais atividades, não vinculadas diretamente ao curso, possibilitam o reconhecimento (por avaliação) de habilidades, conhecimentos e competências da aluna e do aluno, inclusive em ações adquiridas fora do ambiente escolar, especialmente nas relações com o mundo do trabalho. Assim, não podem ser consideradas Atividades Complementares trabalhos de conclusão das disciplinas, bem como outras atividades que integram o trabalho de conclusão de curso (TCC), nem as atividades de extensionistas que já tenham servido como referência para a atribuição de créditos específicos de Extensão.

Cada aluno deverá cumprir um total 160h de Atividades Complementares ao longo do curso.

A comprovação da participação do(a) aluno(a) em atividades complementares deve ser feita, pelo discente, mediante a apresentação da documentação comprobatória conforme as informações no quadro 07.

A solicitação de aproveitamento de atividades complementares deverá ser encaminhada à Coordenação de Curso, mediante formulário próprio, juntamente com a cópia dos documentos comprobatórios, somente no penúltimo período do curso. A computação da carga horária é atribuição da Coordenação de Curso, que solicitará o registro final por meio da abertura de processo.

O Valor da carga horária máxima para as diversas modalidades de Atividades Complementares se encontra no quadro 07. Ressaltando que as atividades devem cobrir modalidades distintas ao longo do curso. As atividades não constantes no quadro acima serão analisadas e computadas pela coordenação do curso

QUADRO 7 - ATIVIDADE COMPLEMENTARES

Atividade	Carga Horária Máxima	Documentação
Apresentação de trabalho em congressos e/ou seminários	10 horas por apresentação	Comprovante da apresentação
Atividade/atuação em eventos científicos	01 hora por evento	Comprovante de participação
Diretoria de Centro e/ou Diretório Acadêmico	10 horas por semestre	Declaração do representante legal do Centro e/ou Diretório Acadêmico
Iniciação científica concluída	160 horas por iniciação	Declaração emitida pela Diretoria de Pesquisa
Artigos completos publicados em periódicos	80 horas por publicação	Comprovante de publicação
Qualquer disciplina eletiva da UNIFEI ou de outra instituição de ensino superior com o curso reconhecido pelo MEC	160 horas por disciplina	Certificado com aproveitamento
Membro de CONSUNI, CEPEAD, Conselho Curador, Câmara ou Colegiado de cursos.	10 horas por semestre	Declaração de atuação
Monitoria de disciplina	01 hora para cada hora de atividade	Declaração do Instituto responsável na UNIFEI
Organização de eventos para promover a UNIFEI na sociedade	Até 10 horas por evento	Declaração do(a) presidente da comissão organizadora
Organização de eventos científicos relacionados à UNIFEI.	40 horas por evento	Declaração do(a) presidente da comissão organizadora
Cursos de idiomas	10 horas por semestre	Certificado de conclusão ou declaração da instituição responsável
Representação da UNIFEI ou curso de graduação em eventos	10 horas por semestre	Declaração do(a) presidente da comissão organizadora do evento
Representação da turma em órgão reconhecido pela UNIFEI	10 horas por semestre	Declaração do(a) presidente do órgão
Outras atividades	A serem consideradas e aprovadas pelo colegiado. Limitada até 40 horas.	Documento comprobatório pertinente a atividade

12. Considerações Finais - Estrutura das Disciplinas

Para a conclusão do curso e obtenção do título de Bacharelado em Gestão e Desenvolvimento Regional, o aluno deve cumprir os créditos em disciplinas, denominadas de **Unidades Curriculares Obrigatórias dos Núcleos Social, Socioambiental e Socioeconômico**. Também devem realizar disciplinas optativas, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Estágio Supervisionado Obrigatório, bem como comprovar as horas obtidas por meio das Atividades Complementares e de Extensão, considerando a carga horária total estabelecida no Curso de Gestão e Desenvolvimento Regional.

O conceito de desenvolvimento que fundamenta este curso de graduação circunscreve-se na vinculação entre as questões sociais, econômicas e ambientais, em que se propõe transformações contundentes em regiões em processo de desenvolvimento. Trata-se de efetivação formalizar um conjunto de proposições de entendimentos e intervenções sobre a realidade local/regional, a partir do apelo às dinâmicas sociais, socioeconômicas e socioambientais resultantes das sociedades modernas industriais.

Desse enunciado, a formação de quadro profissional que compreenda valores da vida, da dignidade, da democracia direta e do respeito às diferenças e diferentes faz eco com as novas perspectivas do desenvolvimento, a qual vai muito além do crescimento econômico, pois envolve a combinação de critérios como a localização geográfica, estrutura sociodemográfica, desenvolvimento histórico do território, condição de desenvolvimento sustentável e aproveitamento social das coisas da região, sugerindo outros espaços de gestão e de decisores políticos que atuem na redução da pobreza, na inclusão social e na promoção de bem-estar.

Sabe-se que na ênfase no crescimento econômico as políticas de desenvolvimento são identificadas pela dificuldade em considerar o local, o regional, o rural, as comunidades, o trabalho coletivo e os movimentos de participação democrática direta como possibilidades de desenvolvimento (social, econômico e sustentável). Como consequência, um curso de graduação, com o suporte de um curso de especialização (TFPS) e mestrado (PPG-DTECS), tem todas as condições de formação de profissionais que consigam entender a realidade regional e, nela, intervir.

Cabe ressaltar que o conjunto de disciplinas está alocado e organizado dentro das unidades curriculares obrigatórias, inscritas nos núcleos que compõem o quadro da carga horária do curso (eixo social, eixo socioambiental e eixo socioeconômico), com a devida ênfase do desenvolvimento às dinâmicas da gestão e do regional.

Atividades Presenciais: As atividades presenciais, conforme DECRETO No 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 – DOU e Portaria PORTARIA MEC No 378, DE 19 DE MAIO DE 2025 – DOU, deverão ser realizadas nas unidades do Polo e/ou na Sede (Unifei) ou em espaços específicos quando relacionadas as atividades de extensão. Estas atividades se constituirão de seminários, oficinas de trabalho, atividades avaliativas e etc. a serem programadas durante os semestres.

QUADRO 8 - CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Descrição	Carga Horária
Unidades Curriculares Obrigatórias	2.480
Atividades de Extensão	330
Atividades Complementares	160
Estágio Supervisionado Obrigatório	160
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC 1 e TCC2)	160
Total	3.290

Atividades Extensão: As atividades de extensão, cujas horas estão incluídas na carga horária total do curso, totalizam 330 horas, são de extensão curricularizada, sendo compostas por projetos e atividades de extensão e dois componentes curriculares obrigatórios Elaboração de Projetos e Técnicas de Planejamento, atendendo a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Disciplina de Libras:** é ofertada como disciplina optativa, com 64h - EDU101- Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Tecnologias na área da surdez. O que é a Língua Brasileira de Sinais - Libras: aspectos linguísticos e legais. Libras: parâmetros fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Noções e aprendizado básico da Libras. Combinação de formas e de movimentos das mãos. Pontos de referência no corpo e no espaço. Comunicação e expressão de natureza visual motora. Desenvolvimento de Libras dentro de contextos.

QUADRO 9 - ESTRUTURA DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1º SEM.	2º SEM.	3º SEM.	4º SEM.	5º SEM.	6º SEM.	7º SEM.	8º SEM.
Introdução ao Desenvolvimento o CH=64	Teoria do Desenvolvimento o Regional-I CH=64	Teoria do Desenvolvimento o Regional-II CH=64	Cidadania e Participação Popular CH=64	Gestão de Políticas Públicas para Desenvolvimento o Regional CH=64	Economia Criativa e Desenvolvimento o Regional CH=64	Tendências Globais e Políticas Regionais CH=64	Políticas Culturais, Diversidades e Desenvolvimento o CH=64
Introdução ao Pensamento Social Brasileiro CH=32	Teoria da Gestão-I CH=64	Teoria da Gestão-II CH=64	Desenvolvimento o e Sustentabilidade CH=64	Associativismo e Cooperativismo CH=64	Gestão do Território Urbano CH=64	Desenvolvimento o Rural Sustentável CH=64	Gestão de Projetos para Desenvolvimento o Regional CH=64
Economia Política do Desenvolvimento o No Brasil CH=64	Microeconomia CH=64	Macroeconomia e Desenvolvimento o Regional CH=64	Estatística Aplicada CH=64	Gestão do Orçamento e Custo no Setor Público CH=64	Turismo e Desenvolvimento o Regional CH=64	Políticas de Segurança Regional CH=64	Gestão Ambiental: políticas e projetos CH=64
Ciência, Tecnologias e Sociedade CH=64	Metodologia de Pesquisa CH=64	Ciência Política e Desenvolvimento o CH=64	Mapeamento de Processos CH=64	Empreendedorismo e Inovação CH=64	Empreendedorismo e Sustentabilidade CH=64	Empreendedorismo Regional CH=64	Empreendedorismo e Negócios de Impacto Socioambientais CH=64
Filosofia e Ética CH=32	Informática aplicada a Gestão CH=32	Estatística e probabilidade CH=64	Governança e Desenvolvimento o CH=64	Meio Ambiente e Biodiversidade CH=64	Economia Solidária e Desenvolvimento o CH=64	Desenvolvimento o Orientado ao Transporte Sustentável CH=64	Gestão Integrada de Cidades Inteligentes CH=64
Introdução à Educação a Distância CH=16							
	LIBRAS CH=64	Elaboração de Projetos Eixo de Extensão CH=96	Técnicas de Planejamento Eixo de Extensão CH=96	TCC 1	TCC 2	Estágio Supervisionado	
		96	96	64	96	160	

QUADRO 10 – DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Componentes Curriculares	CH	CH presencial	CH EaD	CH síncrona mediada
Disciplinas Obrigatórias	2480		2310	170
Extensão Curricularizada	330	330		
Atividades Complementares	160		160	
Estágio Supervisionado	160	160		
Trabalho de Conclusão de Curso (1 e 2)	160			160
TOTAL	3098	490	2470	330
		15	75	10

%



UNIFEI

